

**FACULDADE DO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO MATEUS-ES

2021

JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Dr. Edmar Reis Thiengo

SÃO MATEUS-ES

2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

A553p

Andrade, Juliana Silva Andrieta.

Práticas pedagógicas inclusivas Junto a crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil / Juliana Silva Andrieta Andrade – São Mateus - ES, 2021.

83 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Edmar Reis Thiengo.

1. Inclusão escolar. 2. Educação infantil. 3. Autismo em crianças. I. Thiengo, Edmar Reis. II. Título.

CDD: 371.92

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

JULIANA SILVA ANDRIÊTA ANDRADE

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração a Educação e a Inovação.

Aprovado em 15 de dezembro de 2021.


COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Poliana Daré Zampirolli Pires
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Mariany e Miguel – o amor de vocês é o que me move. Obrigado pela compreensão e carinho durante este período no qual não pude dedicar-lhes a devida atenção.

A meu esposo Anderson cuja presença foi essencial para a conclusão deste trabalho. Grata por sua compreensão em minhas horas de ausência. Amo-te.

A meu orientador Edmar Reis Thiengo cuja dedicação e paciência serviram como pilares de sustentação para a conclusão deste trabalho. Gratidão por tudo.

Aos professores que fizeram parte da minha caminhada educacional e tornaram viva em mim a chama do conhecimento.

Aos participantes da pesquisa, sem os quais esse trabalho não seria viável. A vocês agradeço de coração.

RESUMO

ANDRADE, Juliana Silva Andrieta. **Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil.** 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

A presente pesquisa busca realizar um estudo sobre os desafios enfrentados pelos professores para o envolvimento social de crianças autistas na educação infantil, mediante uma análise da atuação pedagógica do docente em relação aos discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula, além do desenvolvimento escolar do mesmo, tendo em vista uma vida adulta com maiores chances e oportunidades. Traz por referencial teórico Ami Klin discutindo importantes aspectos sobre a criança autista, Fernanda de Araújo Binatti Chiote, Roberta Flavia Alves Ferreira e Ana Maria Tarcitano Santos que trata da inclusão de crianças autistas na Educação Infantil, bem como, Rosita Edler Carvalho, Alessandra Cavalcanti e Claudia Galvão abordando sobre a educação numa perspectiva inclusiva. A pesquisa optou por abordagem qualitativa, pois procura investigar os aspectos de uma realidade, por meio de um estudo de caso de uma criança autista. Ressalta-se que em função da pandemia algumas adequações metodológicas foram realizadas. Diante dos resultados obtidos, percebe-se que a inclusão de estudantes com TEA abrangem várias ações que necessitam ser utilizadas não apenas no ambiente escolar, mas demandam políticas públicas desenvolvidas que envolvam a formação continuada dos docentes, recursos para adaptação desses ambientes e obtenção de materiais didáticos pedagógicos que cooperem para um desempenho docente mais dinâmico e atrativo que alcancem um desenvolvimento desses educandos. Como resultado da pesquisa foi elaborado como produto educacional um guia pedagógico com atividades para estudantes autistas, subsidiando dessa forma a prática pedagógica dos professores.

Palavras – chaves: Inclusão, autismo, educação infantil.

ABSTRACT

ANDRADE, Juliana Silva Andrieta. **Inclusive pedagogical practices with children with autistic spectrum disorder in early childhood education**. 83f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2021.

This research seeks to conduct a study on the challenges faced by teachers for the social involvement of autistic children in early childhood education, through an analysis of the pedagogical performance of the teacher in relation to students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the classroom, in addition to the school development of the same, in view of an adult life with greater chances and opportunities. It brings by theoretical reference Ami Klin discussing important aspects about the autistic child, Fernanda de Araújo Binatti Chiote, Roberta Flavia Alves Ferreira and Ana Maria Tarcitano Santos who deals with the inclusion of autistic children in early childhood education, as well as Rosita Edler Carvalho, Alessandra Cavalcanti and Claudia Galvão talking about education in an inclusive perspective. The research opted for a qualitative approach, as it seeks to investigate aspects of a reality, through a case study of an autistic child. It is noteworthy that, due to the pandemic, some methodological adjustments were made. In view of the results obtained, it can be seen that the inclusion of students with ASD includes several actions that need to be used not only in the school environment, but also require public policies that involve the continued training of teachers, resources to adapt these environments and obtain teaching materials that cooperate to a more dynamic and attractive teaching performance that achieves the development of these students. As a result of the research, a pedagogical guide with activities for autistic students was elaborated as an educational product, thus subsidizing the teachers' pedagogical practice.

Keywords: Inclusion. Autism. Early childhood education.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BA	Bahia
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DSM	Diagnostic and Statistical Manual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	11
1.2	JUSTIFICATIVA	12
1.3	ESTRUTURA DA PESQUISA	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.2	A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	17
2.3	EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	21
2.3.1	Inclusão escolar da criança	27
2.4	A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
3	METODOLOGIA	34
3.1	PARTICIPANTES DA PESQUISA	36
3.2	INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS.....	37
3.3	DA ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	37
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
4.1	ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES	39
4.2	ENTREVISTA COM A MÃE DA CRIANÇA AUTISTA	42
4.3	INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A CRIANÇA AUTISTA	45
5	PRODUTO EDUCACIONAL	47
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERENCIAS	51
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	56
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS PROFESSORES	76
	ANEXO A – PARECER DO CEP	76
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIDO - TCLE: PROFESSORES	80
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIDO - TCLE: RESPONSÁVEIS PELO ALUNO	82

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre a educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido uma realidade, particularmente por se tratar de um grupo com características muito específicas. Nos primeiros meses de vida, é comum não apresentar qualquer indício de que possua qualquer transtorno, no entanto, de repente, a criança não desenvolve bem a linguagem, não se importa com quase nada, além de um ou outro item específico, tem atitudes diferentes de alguém considerado o que deixa os familiares desconfiados.

Souza (2015) observou que os sinais do transtorno do espectro do autismo começam a ser percebidos antes dos três anos, quando os pais percebem déficits em suas respostas aos estímulos. Em alguns casos, os bebês não procuram suas mães e não respondem a atitudes afetuosas.

Em termos educacionais, muitas vezes a criança chega à educação infantil apresentando desenvolvimento normal e, de uma hora para outra começa a apresentar comportamento atípico. Esse é um dos motivos que, desde muito cedo, devemos levar em consideração que a inclusão escolar dessa criança que tem como pressuposto o direito fundamental de toda criança de ser inserida no contexto escolar e receber uma educação de qualidade.

De acordo com o estatuto da pessoa com deficiência, em seu artigo segundo prevê:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 8).

A perspectiva da educação inclusiva é mais que um ato de pensar sobre ou realizar alguma ação a respeito, é uma postura, é uma filosofia adotada em todos os sentidos, de forma holística. Para tanto, faz-se necessário romper com práticas excludentes tão comuns nos meios educacionais.

O professor atento a essas crianças e suas necessidades, sabe que o processo educacional contempla todos os estudantes. Sabe ser necessário a reestruturação de uma prática pedagógica que historicamente é excludente.

Como a inclusão vem se ampliando em todos os ambientes, principalmente no escolar, uma preocupação da sociedade, especificamente para a família de crianças autistas, é que as instituições de ensino tenham em seu quadro, profissionais especializados para exercer essa função, a fim de promover e impulsionar o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, visando um ensino de qualidade e democrático que respeita e valoriza as particularidades de cada indivíduo.

Frente a isso, a Declaração de Salamanca institui:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educacionais especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (BRASIL, 1994, p. 2).

Desta forma, conhecer as causas, suas especificidades e necessidades da pessoa autista não significa a priori obter conceitos e/ou tratamentos sob o prisma da Medicina, sobretudo, como os educadores e os demais profissionais da educação podem aprender sobre tudo que cerca o universo da pessoa autista, para que possa oportunizar as condições, meios e formas de aprendizagem que possam ser significativas e que promovam o seu desenvolvimento, e, por conseguinte não fazer um trabalho de improviso, em outras palavras, desprovido de responsabilidade, comprometimento e saber sobre o tema TEA no contexto escolar.

Nesse sentido, Cacciari, Lima e Bernardi (2005, *apud* CAMARGO e BOSA, 2009) descrevem que no processo de inclusão a instituição e os professores precisam de tanta atenção quanto à criança. Não se pode apontar e/ou utilizar um único método que descreva como podemos proceder na interação, na comunicação, no comportamento e nos processos de aprendizagem que favoreçam as relações do aluno autista com os seus pares, com outro e o mundo, bem como desenvolver suas potencializadas.

Sob esse aspecto, a inclusão é enfocada a partir de seu papel na construção de uma escola plurissignificativa, com um currículo contextualizado, amplo e flexível que fomenta a emancipação dos indivíduos nos cenários sociais e a transformação da sociedade.

O modelo de educação proposto para se trabalhar com a criança

diagnosticada com TEA se demonstra desafiante aos docentes, devido ao pouco entendimento quanto ao transtorno, por consequência promovendo a discussão quanto a melhor forma de promoção educacional a se oferecer a criança, e a maneira de se intervir assertivamente no processo de ensino.

A LDB 9.394/96, em seu Art. 5º (BRASIL, 1996), afirma que o acesso à educação básica obrigatória é um direito, cujo qualquer cidadão possui acesso. A criança autista possui os mesmos direitos, devendo possuir o acesso à educação, tal qual como todo cidadão. Pensando em tais desafios se faz necessário o conhecimento relativo ao TEA, almejando um entendimento que possibilite a evolução escolar do discente com autismo, lhe oferecendo todo o suporte necessário quanto a um processo de ensino e aprendizagem eficaz.

Ressalta-se que a inclusão, possibilita a toda rede escolar um debate crítico sobre as ações metodológicas, reestruturando os objetivos, as metodologias e as avaliações para que o processo educativo consiga integrar as pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares com qualidade e respeito às diferenças de cada um.

Dessa forma o presente trabalho de pesquisa se justifica mediante o interesse de uma análise da atuação pedagógica do docente em relação aos discentes com TEA na sala de aula, além do desenvolvimento escolar ao que diz respeito a formação do supracitado discente perante a sociedade, uma vez que a superação de obstáculos durante a escolarização, quando apontada na vida adulta pode ser compreendida como premissa de maiores chances e oportunidades de sucesso no ambiente profissional.

Ainda hoje, há docentes que reclamam em relação a falta de formação que melhor adeque a realidade vivenciada com este grupo de alunos, enfrentando problemáticas na superação dos desafios rotineiros, advindos da situação. Entretanto, mesmo estabelecendo um espaço escolar adequado, o aluno com necessidades especiais, pode se sentir excluído devido à falta de conhecimento do docente em como se trabalhar com este alunado.

A inclusão pode ser observada nas instituições escolares, mediante práticas pedagógicas que demonstrem diferenciação no trato assertivo do aluno autista no espaço escolar, com a utilização de ferramentas metodológicas que promovam efetivamente o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, [...], plano individual de ensino, melhoria da formação profissional [...], com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/sensibilização (CAPELLINI, 2005, p. 28).

Mediante o exposto, torna-se indispensável que se tenha uma formação continuada, demonstrando-se preocupada com os discentes com esse transtorno, capacitando o grupo docente, ao fornecer estratégias pedagógicas a serem utilizadas, almejando que os mesmos possam aprender em conformidade com seu ritmo, além de possibilitar sua interação no contexto escolar.

1.1 DO PROBLEMA AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Nesse cenário, o estudo aqui apresentado traz como problematização a seguinte questão: **que indícios pedagógicos se fazem presentes nas práticas pedagógicas dos professores da educação infantil que demonstram promover a inclusão dos alunos autistas?**

Com base na problemática levantada, elaboraram-se os objetivos, os quais são destacados nas linhas que seguem. Para tanto, traz como objetivo geral **discutir os processos inclusivos de educandos autistas na educação infantil a partir das práticas pedagógicas dos professores**, os quais são divididos em objetivos específicos sendo:

- Identificar nos planejamentos e práticas dos professores, elementos que promovam a inclusão/exclusão de estudantes autistas na educação infantil.
- Verificar junto aos professores como ocorreu a inclusão da criança na escola e sala de aula;
- Compreender os anseios dos professores em diálogo com as necessidades das crianças na faixa etária estudada;
- Propor um guia didático contendo propostas de atividades que promovam a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

É importante destacar que se faz necessário não somente a oferta de uma formação continuada em Educação Inclusiva para os professores da Educação Infantil, mas também o exercício de uma formação docente no próprio espaço escolar, adequando esta à vivência dos professores que estão envolvidos com

crianças com autismo, tomando o dia a dia como objeto de reflexão.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considerando as reflexões apresentadas, é relevante refletir como acontece o processo de inclusão das crianças nas escolas, especificamente neste trabalho fazer apontamentos de como ocorre à inclusão da criança autista na ótica dos professores, pais e escola, por em foco, o debate sobre como os pais, também de filhos sem a síndrome em foco, preocupam-se com o tema; de como os professores de uma escola se posicionam em relação ao assunto, pois, mesmo sem esperar, pode acontecer de terem, em algum momento um ou mais crianças com TEA.

Desse modo, é substancial investigar como ocorre a inclusão dessa criança no cotidiano escolar, especificamente neste trabalho refletir acerca das práticas pedagógicas que promovam a inclusão das crianças autistas na educação infantil.

Segundo Gadia, Tuchman e Rotta (2004 *apud* CAMARGO; BOSA, 2009, p. 68) “[...] o autismo pode ocorrer em qualquer classe social, raça ou cultura, sendo que cerca de 65 a 90% dos casos estão associados à deficiência mental”.

Sendo o autismo um assunto que é abordado com bastante controvérsia, esta pesquisa justifica-se, para colocar um pouco mais de luz nesta problemática, ao trazer o pensamento de teóricos, e as ideias de pais e das pessoas inseridas no ambiente escolar.

Assim, é justificável fazer uma abordagem e pesquisa com dados coletados no ambiente escolar com vistas a clarear, investigar e refletir cada vez mais a problemática da inclusão das crianças com o TEA no campo escolar, mais precisamente na educação infantil, visto que o aluno autista ainda é muito discriminado no ambiente escolar. Carneiro (2006) enfatiza que as escolas têm a responsabilidade de oferecer oportunidades iguais para os alunos. Para tanto, exige que a instituição tenha uma estrutura diferenciada e elementos de ensino pensados para uma efetiva inclusão.

1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA

Para melhor compreensão de todo o escopo da dissertação, passa-se a

apresentar os capítulos que compõem o mesmo. Desta forma, no primeiro capítulo encontra-se a introdução, seguida da justificativa do tema, a problemática levantada, o objetivo geral, objetivos específicos. E, finalmente, a breve exposição das partes que compõem a dissertação.

No segundo capítulo, busca apresentar todo o referencial teórico, discutindo os posicionamentos compartilhados por especialistas e pesquisadores da área, com apontamentos para a realidade conceitual das diversas nuances que caracterizam o espaço da Educação Especial e tudo mais que a envolve, inclusive, o autismo e sua presença dentro da educação escolar.

No terceiro capítulo são traçadas as ações da metodologia, apontando o caminho trilhado para situar o modo como acontecerá à pesquisa, com determinação do espaço pesquisado, no caso do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) "Menino Jesus" e, mais precisamente, a realidade vivida por uma criança autista e sua inclusão na Educação Infantil.

No quarto capítulo se pretende expor os resultados obtidos no decorrer das investigações de campo, com a discussão sobre os mesmos, a fim de corroborar os pressupostos teóricos apresentados pela pesquisadora, sempre relacionando teoria e prática.

E o quinto capítulo traz do Produto Educacional, que se constará de instrumento elaborado pela autora, com a estruturação de uma Guia Didático com Orientações Metodológicas para aperfeiçoamento das ações de trabalho com crianças autistas na Educação Infantil da escola universo da pesquisa. Trata-se aqui da confecção de um guia oriundo dos estudos e aprofundamentos da mestranda acerca do assunto e sua contribuição para melhorais na abordagem e no trabalho com a Educação Especial no cotidiano escolar.

Por fim, traz-se as considerações finais, onde a pesquisadora pretende expor alguns pontos pertinentes, que vão desde o seu apreço pelo processo que resultou a pesquisa, passando pela constatação dos percalços enfrentados, suas confirmações positivas, ou não, seu posicionamento conceitual e, por fim, suas sugestões para futuras pesquisas envolvendo o tema em apreço.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo primeiramente é apresentado num primeiro momento, uma revisão de literatura, realizada por meio de buscas em bancos de pesquisas acadêmicas, por artigos dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema.

Dessa forma, foi realizado pesquisa junto ao Scielo e sites de Programas de Pós-Graduação de Universidades Federais e Estaduais para levantamento de 12 artigos e 05 dissertações de Mestrado referente ao tema autismo na Educação Infantil.

Na segunda parte são discutidas as teorias da inclusão no espaço escolar das pessoas com deficiência, bem como, a análise do autismo como ponto específico, seja na educação de formas ampla, seja de modo mais específico, na Educação Infantil. Faz-se uso do posicionamento de Vigotski, que defende o sociointeracionismo como prerrogativa de tratamento do assunto.

Assim, levam-se em conta alguns fundamentos Vigotskianos, tanto por suas propostas em termos do processo de aprendizagem a partir da interação social quanto pela preocupação com a investigação do comportamento de pessoas com deficiência.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Apresentaremos nesse tópico cinco dissertações e três artigos, os quais abordam temas semelhantes com esta pesquisa, trazendo uma fundamentação concisa. Para tanto, foi realizada uma síntese dos trabalhos evidenciando a importância de se trabalhar com práticas pedagógicas inclusivas com crianças com TEA, principalmente na Educação Infantil.

No artigo intitulado “Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil”, escrito por Silva, Silva e Asfora (2015), as autoras observaram que nos últimos anos tem ocorrido mudanças no cenário da educação de pessoas com TEA. Diante disso, a pesquisa delas teve como objetivo investigar as práticas pedagógicas que favorecem a inclusão de crianças com TEA, na Educação Infantil. A pesquisa revelou que embora se deseje

desenvolver tais práticas, ainda se deparam com impedimentos quanto à questão estrutural e de conhecimento acerca do TEA que, provavelmente, influenciam a construção de práticas capazes de auxiliar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

Na dissertação sob o título “Inclusão Escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: significados e práticas”, escrita por Aline de Almeida Santos (2016), avaliam as práticas e os significados atribuídos à inclusão escolar de crianças com autismo entre os profissionais de duas escolas regulares de Salvador (BA). Ela traz como objetivo geral a compreensão sobre os processos de significação e as práticas dos atores escolares sobre o processo de inclusão de crianças com TEA. A autora verificou que em relação aos recursos pedagógicos analisados, as escolas apresentam condições e procedimentos de emprego diferentes. Apesar disso, as duas ainda necessitam desenvolver e adaptar individualmente seus recursos pedagógicos considerando as particularidades dos alunos. Outro ponto verificado pela autora foi que existem dificuldades na adaptação de materiais a ser empregados em sala de aula, pois na maioria das vezes, estão associadas à falta de conhecimento técnico dos professores.

Na dissertação intitulada “Educação inclusiva e formação de professores: O brincar como intervenção nos Transtornos do Espectro do Autismo”, a autora Maria Alina Gusmão Alves, traz como objetivo de sua pesquisa investigar a prática do brincar como uma metodologia de ensino e aprendizagem para o aluno no TEA na Educação Infantil. A autora percebeu que não há um número expressivo de trabalhos que tratam da inclusão de alunos com TEA em turmas de educação infantil, assim como, pesquisas em que a atividade do brincar, seja uma metodologia de desenvolvimento social no contexto escolar. Ela concluiu que no contexto escolar atual é necessário buscar instrumentos pedagógicos que auxiliem a prática docente na educação infantil, e ainda sustentem na realização da inclusão de alunos no Transtorno do Espectro do Autismo.

Chiote (2011) em sua dissertação sob o título “A mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil”, buscou em sua pesquisa analisar o papel da mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo, compreendendo a mediação como processo de significação e constituição dessa criança na educação infantil, favorecendo a apropriação de práticas culturais

historicamente delimitadas nesse espaço, no desenvolvimento da consciência de si e do outro. Suas reflexões apontaram que, no espaço da educação infantil, a mediação pedagógica pode favorecer o desenvolvimento da criança com autismo, permitindo a ela apropriações e compartilhamento de sentidos mais amplos e complexos em relação ao meio físico e social e a si própria nesse contexto.

Gonçalves (2018) em sua pesquisa “Autismo, linguagem e inclusão: as práticas pedagógicas sob a abordagem epilinguística e sociológica”, teve como objetivo geral compreender como ocorreu o desenvolvimento da linguagem de uma estudante com autismo no seu processo de escolarização no Ensino Fundamental. A pesquisa trata de um estudo de caso com análise qualitativa de dados gerados por meio de observações participantes em sala de aula, entrevistas e documentos. A pesquisadora observou que no processo de escolarização, as especificidades da estudante com autismo, quanto ao uso da linguagem e seus aspectos linguísticos, foram muitas vezes negligenciadas nos relatórios pedagógicos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, fragilizando a condução do processo formativo nos anos finais. Também observou que as práticas pedagógicas nos anos finais potencializavam as relações por meio do diálogo e conduziram o ensino para uma aprendizagem significativa. As experiências educativas com a estudante de pesquisa, constataram que houve aprendizagem e a preocupação com os outros estudantes com autismo matriculados na escola, vem ressignificando o conceito de conhecimento, linguagem e autismo naquela instituição escolar e demandado encontros formativos como iniciativas de cooperação entre professores dos anos iniciais e finais, para diálogos sobre práticas pedagógicas acessíveis a todos.

No artigo “A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas” escrito por Karize Younes Barberini (2016), com o objetivo de identificar se existem práticas pedagógicas diferenciadas para atender alunos diagnosticados com autismo no ensino regular, a autora verificou que os professores mostram dificuldades em aplicar atividades aos alunos com TEA por desconhecerem práticas pedagógicas voltadas para a aprendizagem desses alunos, apesar disso, usam materiais distintos como um subsídio na execução das atividades, disponibilizando, igualmente, esses recursos para os demais alunos.

No artigo “Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo”, Faria *et al.* (2018) realizaram um estudo com o objetivo de verificar os

conhecimentos a respeito do TEA, atitudes e práticas pedagógicas junto a alunos com o transtorno. Os autores verificaram que 84,8% dos professores reconheceram perfeitamente a presença de fatores integrados a déficits de interação social, comportamento e comunicação, mas 30% cometeram erros na compreensão dos fatores etiológicos. Outro ponto que verificaram foi que (47%) professores participantes do estudo já trabalharam com alunos TEA em algum momento de sua atuação profissional, e em média que 70,56% deles concordaram com praticamente todas as ações educacionais e pedagógicas do Desenho Universal da Aprendizagem. No entanto, a implementação dessas técnicas na prática não conseguiu atingir o mesmo nível, já que essas ações eram empregadas em média por 56,87% dos professores. Assim, os autores concluíram que o estudo realizado permitiu mapear integradamente aspectos efetivos que necessitam fazer parte de adaptações curriculares para alunos com TEA.

A partir do tópico seguinte, desenvolvemos o referencial teórico para a pesquisa em questão, particularmente em torno da criança autista e suas particularidades, da educação infantil e, ainda, dos processos inclusivos.

2.2 A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Diversos estudiosos se aplicam na procura de explicações plausíveis a respeito das causas e consequências advindas do autismo. Entretanto existe pouco avanço na área, sobre a gênese de sua causa. O entendimento da síndrome trata-se de um embate que inúmeros pesquisadores enfrentam em sua busca por respostas assertivas. E existem características marcantes, tais quais:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação (KANNER, *apud* MENEZES, 2012, p. 37).

Mediante a tal, torna-se perceptível, a necessidade de se compreender o aluno autista, de maneira que por consequência alavanque seu desenvolvimento através de estratégias que se adequem ao caso, de forma que a sensibilidade docente no trabalho das aptidões e capacidades do aluno autista deve se demonstra

um processo aprazível, cujo ressignificará de forma altamente relevante à importância na profissão do docente.

Kanner (*apud* MENEZES, 2012), foi o pioneiro na descrição do quadro clínico, nomeando-o tal como autismo infantil precoce, além de realizar a primeira publicação clínica ao que tange a temática, no ano de 1943. Em conformidade com o pesquisador:

[...] o denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações [...] apreciam ser deixados sozinhos, agindo como se as pessoas em volta não estivessem ali [...] quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentes dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços (KANNER, 1966, *apud* KELMAN et al, 2010, p. 224).

De forma cronológica, houve demais estudos quanto ao tema. Klin (2006) em seu estudo classifica os indivíduos com autismo em conformidade com suas características, considerando possíveis alterações, por exemplificação, ao relacionar o autismo a um déficit cognitivo, não considerando um quadro de psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento. Tal ideia sobre o déficit cognitivo, de maneira contemporânea é reforçada por inúmeros estudiosos.

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos (GAUDERER, 1985, p. 119).

Em conformidade com Klin (2006), os autistas se agrupam segundo suas características comportamentais, permitindo uma avaliação quanto ao grau de severidade. O grupo severo representa indivíduos com maior comprometimento, no intermediário e em um terceiro grupo possui um comprometimento de maior discricção. Sob a óptica do autor:

Há uma variação notável de sintomas no autismo. As crianças com funcionamento mais baixo são alto de funcionamento e são pouco mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido de que elas podem-se interessar pela interação social, mas não podem iniciá-las ou mantê-la de forma típica. O estilo social de tais indivíduos foi denominado 'ativo, mas estranho, no sentido de que eles geralmente têm dificuldade de regular a interação social após essa ter começado. As características comportamentais do autismo se alternam durante o curso do desenvolvimento (KLIN, 2006, p. 8).

Na preposição educacional devem-se considerar as divergências entre os alunos, de maneira a adotar metodologias que atendam a uma sala de aula heterogênea, sem que haja algum tipo de desrespeito à individualidade de cada aluno. É necessária a utilização de intervenções pedagógicas para o desenvolvimento do processo educacional da criança autista. Mediante isso, torna-se perceptível a urgência ao que tange a inovação e adequação do sistema educacional, considerando-se a adaptação curricular e a formação docente, almejando-se o atendimento das peculiaridades inerentes dos alunos autistas.

De acordo com Orrú (2012), o termo “autismo” é de origem grega (autós), que significa “por si mesmo”. A psiquiatria utiliza o termo para designar determinados comportamentos humanos que se caracterizam por centrarem-se em si mesmos, sendo que o indivíduo volta-se para si próprio. Desde a sua mais antiga descrição até os dias atuais os pesquisadores da área buscam novos e melhores entendimentos.

Leboyer (2002) define como autista a criança que apresenta inabilidade para se relacionar naturalmente com o outro. Esse sujeito apresenta ainda certo atraso para adquirir a linguagem que, ao se desenvolver, não tem o devido valor funcional ligado à comunicação. Essa criança apresenta também a necessidade de constância e estabilidade no ambiente material. Ela tem uma memória, frequentemente notável e a sua aparência física é normal.

Em cada grupo de 10.000 crianças ocorre de 1 a 5 casos de autismo e numa escala de 2 a 3 homens para 1 mulher, havendo, portanto, a predominância masculina (BAPTISTA; BOSA, 2002). O autismo é encontrado em todo o mundo e em famílias de quaisquer classes sociais, étnicas e raciais. Até o hoje não há nenhuma causa psicológica comprovada para a doença nas crianças com este transtorno (SANTO; COELHO, 2006).

Por volta dos três anos de idade é possível detectar-se o autismo na criança, mas estudos também apontam que, em casos mais graves e complexos, os sintomas podem já aparecer por volta dos dezoito meses de vida da criança (KLIN, 2006).

O *Diagnostic and Statistical Manual* (DSM) categoriza protótipos para classificar os graus para doenças. Assim (LEBOYER, 2002), o autismo pode variar de leve ou de alto funcionamento a grave ou de baixo funcionamento.

Deste modo, se pode entender que,

O autismo de alto funcionamento englobaria sintomas relacionados a competências linguísticas em atraso ou não-funcional, que prejudica o desenvolvimento social e a participação em atividades lúdicas como as crianças imaginativas neurotípicas fazem. Já as crianças com autismo de alto funcionamento, ainda possuiriam um QI na faixa normal e poderiam não manifestar comportamento compulsivo ou autodestrutivo, muitas vezes atribuído a pessoas com autismo de baixo funcionamento. O autismo de baixo funcionamento seria a variação mais grave da doença (FERREIRA, 2017, p. 55).

Sobre os sintomas, vale destacar que,

[...] são tidos como profundos e envolveriam déficits severos em habilidades de comunicação, sociais e presença de movimentos repetitivos estereotipados. Entretanto, é importante destacar que para alguns estudiosos o autismo mantém preservadas as ilhas de inteligência. Não se trata, portanto, de a pessoa ter um QI abaixo da média, mas porque lhe faltam recursos de comunicação e ainda porque muitas vezes os pais e educadores deixam de dar-lhe estímulos comunicacionais, a pessoa acaba sendo prejudicada no seu desenvolvimento (FERREIRA, 2017, p. 55).

Nessa perspectiva, o autismo precisa ser visto não como uma patologia, mas como um modo diferente da pessoa se relacionar com o mundo, de aprender e de se desenvolver, que por sua vez, exigiria estratégias pedagógicas e interações diferenciadas respeitando suas especificidades.

Há várias abordagens possíveis para ajudar a criança autista, sendo que as intervenções devem ser iniciadas o mais precocemente possível e os procedimentos terapêuticos devem ser adaptados a cada criança, dentro das suas necessidades específicas. O sucesso das ações deve ser medidas cautelosamente e de pessoa para pessoa (FERRAIOLI; HARRIS, 2011).

O aprendizado do aluno autista dá-se de modo diferente, levando-se em conta que esse aluno tem como característica especial à limitação da habilidade de entendimento e de comunicação, comprometendo a sua concentração, integração de ideias e algo mais (RODRIGUES; SPENCER, 2010).

Entendendo que a criança autista é um ser humano que tem seus modos próprios de interagir com o mundo, os quais diferem consideravelmente dos modelos mais comumente aceitos, socialmente reconhecidos e padronizados, as ações a serem adotadas junto a estas crianças seria não propriamente de tratamentos medicamentosos, mas sim intervenções psicoterápicas, psicossociais e educacionais, buscando melhor o processo de desenvolvimento da linguagem, nas

habilidades sociais e comunicativas e na diminuição do comportamento mal adaptado (ARIMA, 2009).

E neste sentido, a formação pedagógica docente para o trabalho com esta realidade se torna uma estratégia primordial para a superação dos mitos que cercam o autismo e as percepções que veem este transtorno como uma patologia. Portanto, os docentes têm um papel essencial na assertiva da inclusão das crianças e, para que isto ocorra, se faz necessário que os profissionais conheçam as metodologias de ensino que estejam diretamente voltadas para a escolarização do aluno com autismo e possam contribuir efetivamente para a sua inclusão e desenvolvimento.

2.3 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

De acordo com Carvalho (1997), o movimento da inclusão surgiu em um contexto histórico, social e político de lutas, no bojo da efervescência de minorias. Todavia, as transformações conceituais com relação à deficiência, as quais fortaleceram a inclusão, convergindo para novos impulsos e legitimidades jurídicas ocorreram na década de 1990.

Os diversos eventos ocorridos em prol de uma educação inclusiva, como a Conferencia em Jomtien, na Tailândia e a Declaração de Salamanca, na Espanha, possibilitaram o surgimento de um grande movimento em favor de uma escola aberta à diversidade e contra a exclusão das pessoas com deficiências da sociedade, das escolas, da vida laboral, dos serviços comunitários. Hoje, vê-se que a inclusão escolar de pessoas com deficiências está como parte de um contexto mais amplo de reivindicações sociais, que englobam a exclusão de todas as minorias.

A Carta Magna brasileira, promulgada em 1988, determinou que a Educação Inclusiva deve ocorrer como atendimento educacional às pessoas com deficiência e acontecendo, de preferência, na rede regular de ensino (CAVALCANTI e GALVÃO, 2011). Nessa perspectiva, a ideia de inclusão vem se tornando cada vez mais abrangente, a fim de que contemple efetivamente o direito que a todos é garantido por lei, seja por condições sociais, seja por condições físicas, a ele não possuam acesso.

De acordo com Pacheco (2007, p. 27), a Educação Inclusiva, caracteriza-se

por um processo de ampliação da participação de todos os alunos em estabelecimentos de ensino regular. É uma reestruturação de cultura e de prática, dentro das políticas vivenciadas no universo escolar, de forma que este responda à diversidade dos estudantes que assiste. Trata-se, assim, de uma abordagem humanizada e democrática, que enxerga o sujeito em meio às suas singularidades visando o seu crescimento, a sua satisfação pessoal e a inclusão social de todos, indistintamente.

É irrefutável a afirmação de que a escola é importantíssima no preparo do indivíduo (seja ele deficiente ou não) para a prática de sua cidadania. Assim, o valor da reflexão acerca da educação inclusiva, articulada às inúmeras discussões sobre a realidade da sociedade brasileira contemporânea e do seu sistema educacional, caracterizado, principalmente, por um nítido processo de exclusão e afastamento.

De acordo com Carvalho (2006), a inclusão escolar não é apenas um fator que envolve os alunos que têm deficiência, mas ainda as suas famílias, os professores e toda a comunidade, compreendida aqui como o grupo de crianças e as suas respectivas famílias atendidas por determinada instituição de Educação Infantil.

A Educação Inclusiva respeita as diferenças e as deficiências, apontando para o fato de que escolas e antigos paradigmas educacionais carecem de transformação, a fim de que atendam às necessidades particulares de todos os estudantes, possuindo-os ou não alguma limitação ou necessidade especial (MENDES, 2006).

As ações políticas propostas para a Educação Inclusiva estão inseridas em um espaço mais extenso chamado “política de inclusão social”, indicada pelo poder público brasileiro, a partir da década de 1990, com o propósito de contemplar, na preparação das políticas públicas, populações e comunidades consideradas como marginalizadas ou excluídas pela sociedade (KASSAR; ARRUDA ; BENATTI, 2009).

Sobre isso, Cury (2005, p. 16) esclarece: “as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social”, caracterizando-se como estratégias que apontam para a universalização dos direitos sociais, civis e políticos.

É importante dizer que “inclusão social” e “educação inclusiva” são fatores

que se destacam naturalmente em tempos de maior conscientização das desigualdades, da exploração e das injustiças sociais. As quais refletem uma sociedade excludente marginalizadora, seletiva e estigmatizante, que põe no centro das relações humanas e sociais “[...] a competitividade e o consumo como valores fundamentais da vida” (SANTOS, 2008, p. 21).

A Constituição de 1988 foi um avanço enorme em termos educativos, especialmente por possibilitar o acesso à escola como direito inegável e para todos, e de acordo com o artigo 6º desta Constituição (BRASIL, 1988), a educação é um direito social, estando ao lado da alimentação, saúde, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção, maternidade, infância e assistência aos desamparados.

Para garantir direitos a todos, em 1994, a Secretaria de Educação Especial (SEESP), criou a Política Nacional de Educação Especial. Seu primordial objetivo foi orientar o processo geral da educação de pessoas com deficiência e daquelas com altas habilidades, com a criação de condições próprias ao desenvolvimento das suas potencialidades, com o propósito de que estes exerçam conscientemente a sua cidadania (BRASIL, 1994).

As normativas da lei acima citada, foram mais amplamente apresentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, reafirmando os princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 e determinando que a Educação Especial se constitui por uma modalidade de educação escolar; suspendendo o seu caráter de atendimento paralelo e em espaço separado, passando a ser entendido como atendimento presente em todos os níveis de ensino.

Deste modo, para além da sala de aula regular, a criança com deficiência deve,

[...] dispor do chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE); que deve ser oferecido nas salas de recursos, como forma de complemento à sua escolarização. Este serviço pode ser ofertado na sua própria escola ou nos Centros de Atendimentos Especializados (governamentais ou não-governamentais), em horário contrário ao de suas aulas na sala comum (RAMALHO, 2012, p. 40).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, documento instituído pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, tendo como base a Declaração de Salamanca, tornou-se oficial no Brasil os termos “educação inclusiva”. Esta lei estabelece que os alunos deficientes devem ter apoio pedagógico especializado, a fim de que seja complementado o trabalho que ocorre

em sala de aula do ensino regular na Educação Básica.

Definiu-se como dever das instituições de ensino superior, a previsão em sua organização curricular conteúdos que contribuam para a formação de professores para a diversidade e a contemplação de conhecimentos acerca das especificidades de alunos com deficiência.

No ano de 2003, o Ministério da Educação lançou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, promovendo amplo processo para a formação de gestores e de educadores, a fim de estes atuassem diretamente na multiplicação, na organização e na garantia da educação inclusiva.

Deste modo, o texto final, intitulado “O Acesso de Alunos com Deficiência nos Espaços das Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” foi publicado em 2004, pelo Governo Federal com o intuito de divulgar os conceitos e as diretrizes para inclusão (VEROTTI; CALLEGARI, 2012).

Em 2009, o Decreto Nº 6.949 foi publicado, ratificando a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esta Convenção oficializou os termos “pessoas com deficiência”, atendendo ao desejo destas pessoas para o modo como desejam ser chamadas. Em novembro de 2010, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou a Portaria nº 2.344, oficializando os mesmos termos.

No ano de 2011, a SEESP do MEC, fundindo-se com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e com a denominação de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), buscou maior ampliação para os direitos da criança com autismo. E foi a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esta lei estabelece que as famílias podem ser melhor amparadas por um atendimento de qualidade e específico no tratamento de suas crianças com autismo.

No ano de 2015 foi promulgada a lei nº 13.146 constituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que segundo seu artigo 1º institui “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” Esta lei concretiza os direitos que fazem parte na Constituição de 1988,

assegurando o exercício da igualdade de maneira imponente.

Para Gagliano (2015) a lei veio em boa hora, ao atribuir um tratamento mais correto às pessoas com deficiência. Mas o grande desafio é a transformação de mentalidade, no ponto de vista do respeito à dimensão existencial do outro. O autor fala que mais do que leis, necessita-se transformar mentes e corações.

Assim, é essencial compreender que o Estatuto da Pessoa com Deficiência garante um progresso social, aceitando a inclusão dessas pessoas.

Portanto, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi, incontestavelmente, um avanço enorme na inclusão social das pessoas com deficiência, implementando mudanças de paradigma, não se tratando somente de um assunto patrimonialista, mas de uma importância de direitos e de liberdade, com a finalidade de permitir uma emancipação.

Bueno (1998) afirma que a escola que é aberta às diferenças não é feita para um sujeito universal, idealizado e previsível por uma verdade essencial “o aluno normal”. Trata-se de uma escola para um aluno-sujeito constituído em uma trama histórica, de diversos elementos e condições que se articulam e se modificam conforme as possibilidades. Nesse sentido,

[...] as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhora a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo (RHODEN; GOUVÊA, 2006, p. 134).

A inclusão educacional constitui-se como “instrumento” na luta por uma escola como “ferramenta” na luta de uma escola democrática, na qual todos os alunos têm a oportunidade de se integrar ao contexto social, mostrando que sua participação é fundamental para se delinear perspectivas de vida e de sociedade. Incluir os portadores de necessidades especiais nas escolas regulares é equiparar as oportunidades de aprendizagem, adequando todo o sistema de ensino às reais necessidades de cada aluno a fim de significar a educação na vida cotidiana dos educandos.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de

aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (RHODEN; GOUVÊA, 2006, p. 5).

A escola, sendo uma instituição social, deve assegurar a todos o seu pleno desenvolvimento, atuando decisivamente, em favor do respeito às diferenças, pois, se não assumir verdadeiramente essa tão importante tarefa, a sociedade continuará perpetuando a tão penosa exclusão, em suas formas mais “sutis” e “selvagens”.

Logo, as escolas inclusivas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos, atendendo-as, adaptar-se aos ritmos de aprendizagem de cada um, oferecendo-lhe, verdadeiramente, um ensino de qualidade, que engloba um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, uma criteriosa utilização dos recursos e um bom entrosamento com suas comunidades.

Gil (2006, p. 13) define que “[...] a integração é [...] um processo de fornecer aos alunos com deficiência uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido da satisfação das suas necessidades individuais.” Mas, afirma a autora, “[...] este objetivo depende fundamentalmente do papel do professor, nomeadamente de variáveis como a sua vontade em levar a cabo as tarefas de ensino destes alunos e a sua preparação pedagógica para o fazer”.

O professor, então, assume um papel muito importante na construção e solidificação de uma escola inclusiva, na qual os educandos, independentemente de suas limitações, têm acesso a um ensino dinâmico, significativo e crítico, que potencializa suas ações junto às instâncias sociais. O docente necessita se preparar para atuar nessa nova realidade; uma realidade muito mais rica e polifônica, a qual possibilita enfocar um mesmo tema e/ou conteúdo sob diferentes “olhares”.

Sob essa análise, a inclusão também se caracteriza pela necessária implantação de um suporte que auxilie a escola e, principalmente, o professor na sua ação pedagógica. “A vivência de um cotidiano escolar inclusivo, as trocas com os colegas, às informações e sugestões advindas da busca de soluções [...] enfim, vários são os caminhos que deverão ser trilhados” (CARNEIRO, 2006, p. 2).

Trabalhar a inclusão é tarefa de toda escola, conhecendo os tipos de deficiência, a realidade socioeducativa, formando os professores para que o currículo, as atividades propostas e o processo de socialização estejam integrados na vida escolar de cada educando, o que proporcionará o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

2.3.1 Inclusão escolar da criança autista

A questão de inclusão da criança com necessidades educacionais especiais, ganha destaque na sociedade nos últimos tempos. Historicamente a uma evolução e mudanças na educação e nos movimentos que lutam pelo direito a uma educação de qualidade a todos, reformulando tanto a estrutura quanto as práticas pedagógicas, na missão de suprir as necessidades educativas dos alunos.

A luta pelo direito de uma escola para todos, se constitui de um movimento histórico, social de décadas. No começo, vê-se uma educação elitizada e a luta esta em proporcionar aos menos favorecidos economicamente o direito ao conhecimento e o ensino gratuito, publico e de qualidade, previsto pela constituição de 1988, hoje a luta esta em incluir as pessoas com necessidades especiais nas escolas comuns, no intuito de "... romper com o mito que convivemos com duas "educações": uma regular e a outra, especial" (Carvalho, 2006, p.14).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 nos aponta uma evolução no que se refere aos conceitos de educação especial entendida como uma modalidade de educação escolar, conceituada pelo PLANO LEGAL ART. 3º DA RES. 2/01 da seguinte forma:

Modalidade de educação escolar: entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (PARANÁ, 2003, p. 39).

Está previsto, e assegurado por lei, o direito a educação de qualidade a todos de forma inclusiva, porém na prática acontece uma distorção do conceito. Neste sentido,

[...] a educação especial tem se constituído como um subsistema á parte, tão segregada teórico e metodologicamente das discussões sobre o processo educativo geral (educação comum ou regular), quanto têm estado seus alunos, seja na escola ou na ordem social (CARVALHO, 2006. P. 16).

A autora afirma ainda, que este subsistema não supera o termo inclusão/exclusão entendendo o mesmo como classificador. Ressalta em sua fala: "Somos todos especiais" (CARVALHO, 2006, p. 16), o valor das especificidades de

cada sujeito e idealiza uma escola especial, em que o termo especial estaria qualificando todas as ações pedagógicas e a escola em si, não mais seria uma característica do aluno.

A palavra incluir segundo o dicionário Aurélio vem do latim do verbo *Includer* e significa ato ou efeito de incluir, um conceito objetivo e fácil de compreensão, porém no que tange a inclusão escolar é um desafio a ser superado. É necessário considerar a inserção do sujeito no âmbito educacional, seja na interação social com o meio, quanto no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e emocional, adaptando e desconsiderando suas limitações e considerando suas habilidades, diante as ações e praticas pedagógicas cotidianas, ou seja, garantir a todos, oportunidade e os direitos conquistados no decorrer da historia.

Estabelecer uma relação ensino/aprendizagem diante as diferenças é uma concepção que valoriza o sujeito em suas especificidades, rompendo com a homogeneização que priva o conhecimento e o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Esta ideologia faz com que repensemos as praticas educativas de inclusão, ou seja, que cada sujeito com alguma necessidade educativa especial ou não, possui sua estrutura e organização de pensamento, requerendo então uma “educação especial”.

Sobretudo considerar as diferenças individuais seja elas física, cognitiva, patológica ou natural é fator determinante ao desenvolvimento do sujeito, pois valorizam suas habilidades e o essencial a forma de aprender individualizada.

A inclusão escolar da criança é um processo amparado desde a constituição de 1988 a atual LDB 9394/96 que vislumbra o acesso a uma educação pública e de qualidade a todos, garantindo aos cidadãos portadores de alguma necessidade educativa especial, o direito a acessibilidade e a integração social, no intuito de ascender socialmente e intelectualmente aqueles que historicamente foram marginalizados e excluídos. Para tanto, este processo necessita que o âmbito escolar esteja aberto e disposto a rever as práticas pedagógicas, mobilizando uma formação continuada e norteadas pelas especificações dos sujeitos para suprir suas necessidades.

A educação inclusiva ao defender o direito de todos a uma educação de qualidade constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e

que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

No Brasil a expansão do acesso à escola básica (2006), entretanto, não tem sido acompanhada de investimentos na implementação das mudanças necessárias nas diferentes dimensões: na formação dos professores, nas políticas, nos currículos, nas condições de trabalho dos profissionais da educação (incluindo carreira e salários), na infraestrutura das escolas, na escola e na reorganização das condições de ensino (GATTI; BARRETTO, 2009). Tais condições são essenciais para a melhoria da qualidade da educação para todos os alunos e, especialmente, para aqueles com necessidades educacionais especiais.

Atualmente o Brasil tem reproduzido políticas internacionais, como é o caso da política de inclusão, mas não tem viabilizado os recursos necessários.

Apesar da expansão do número matrículas de alunos objeto da educação especial nas escolas e classes comuns, os educandos “[...] não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos” (MENDES, 2006, p. 397). Nesse sentido, evidencia-se o descaso do poder público com a questão, apesar do aparente empenho na defesa da educação inclusiva e na expansão do acesso, expressos nos discursos e nas políticas governamentais. Sobre o conceito de inclusão,

[...] surgiu na década de 1990 e veio associado a uma prática de colocação de alunos com dificuldades prioritariamente nas classes comuns, hoje o seu significado aparece ampliado, englobando também a noção de inserção de apoios, serviços e suportes nas escolas regulares, indicando que a inclusão bem-sucedida implica financiamento (MENDES, 2006, p. 402).

Na superação desse quadro excludente, é imprescindível que a escola se (re) organize para eliminar as barreiras que podem dificultar ou impedir a escolaridade nos contextos comuns de ensino, garantindo acessibilidade a todos os alunos.

O artigo 208 da Constituição brasileira especifica que:

[...] é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 do ECA (BRASIL, 1990, n.p.).

Vale ressaltar que a inclusão escolar é um projeto gradativo, dinâmico e em transformação, que exige do Poder Público, em sua fase de mudança, o absoluto respeito às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dos serviços mais apropriados ao seu atendimento.

2.4 A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com a finalidade de pensar de forma muito particular na escolarização da criança autista, torna-se primordial a elucidação de alguns conceitos, pois se acredita que o seu domínio pode, em muito, auxiliar no incremento das estratégias e nos métodos de ensino.

A escolarização é primordial e a sistemática frequência a um espaço social como o ambiente escolar, é benéfica e necessária para que se desenvolvam algumas competências. É claro que a criança autista necessita se adaptar, levando-se em consideração as suas condições clínicas, condições de comportamento e de adaptação social, bem como, de linguagem entre outras carências de cunho especial. Nesse viés,

[...] se permanecermos inflexíveis ante as diferenças de nossos alunos, aguardando que eles se adaptem às nossas estratégias em sala de aula, pouco faremos para que desenvolvam novas competências. Sendo assim, é necessário que percebamos quais as necessidades reais do aluno com TEA e suas potencialidades que passamos para estratégias de trabalho (BELISÁRIO; CUNHA, 2010, p. 35).

A partir da perspectiva da inclusão no espaço escolar, o que se afirma acima é que se torna indispensável que os professores conheçam as crianças com as quais lidam e, deste modo, desconstruam os estereótipos que impedem e dificultam o processo educativo, acreditando na capacidade e competência de cada criança, independentemente das suas características mentais e físicas.

O professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é aquele que se coloca como profissional que dá suporte para que a inclusão do aluno autista se efetive, sempre buscando identificar as suas potencialidades e suas limitações, bem como as possíveis barreiras que surjam. Igualmente, vale destacar que todo o conjunto – família, corpo docente, pedagogos, equipe de apoio e técnicos – precisam se envolver no processo de escolarização da criança com autismo. Deste modo,

A inclusão de uma criança com autismo em um Centro de educação Infantil é importante para o desenvolvimento das suas potencialidades, principalmente em razão da oportunidade de socialização. Por isso, é preciso não restringir seu ensino somente às instituições especializadas a este fim e sim a escolas de ensino regular comum. Mas, a inserção da criança deve ser acompanhada de um trabalho pedagógico a ser realizado junto às escolas regulares para que sejam capazes de apoiar, facilitar e melhorar o desenvolvimento deste educando. Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário superar os mitos presentes no cotidiano pedagógico segundo os quais a proposta de uma educação inclusiva é utópica e impossível de ser realizada com sucesso (FERREIRA, 2017, p. 58).

É cabível, portanto, à escola o desenvolvimento de um trabalho que proporcione às crianças o seu desenvolvimento integral, com a quebra de padrões classificatórios e taxativos, os quais prescrevem possibilidades de desenvolvimento dos alunos autistas partindo das suas limitações.

Deste modo, creem-se que a inclusão educacional deve dar oportunidade à criança com autismo, momentos de encontro e reencontro com outras crianças, cada uma delas com suas singularidades. Então é possível dizer que a escola é o ambiente que cria possibilidades de vivência e de troca de experiências infantis a partir da interação que ocorre no seu chão.

Por conseguinte, (CHIOTE, 2013), a inclusão da criança autista vai muito além de colocá-la dentro de uma instituição de Educação Infantil. Deve-se, proporcionar-lhe aprendizagens com significado, com investimento em suas potencialidades e valores. Este é o tratamento dado para o ser humano que pensa, que aprende, que sente, que participa e se desenvolve socialmente.

O trabalho pedagógico com crianças com autismo deve acontecer de maneira individualizada, pois o processo de ensino e aprendizagem desse aluno deve contemplar, necessariamente, uma criteriosa relação entre mediação pedagógica e formação de conceitos, possibilitando o encontro/confronto das experiências cotidianas, proporcionando um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva, o Plano Educacional Individualizado é um recurso utilizado pelo AEE, que apoia a prática docente no sentido de ajudar os professores a conhecerem as características de cada criança, a ter acesso a atividades e estratégias que podem apoiar todo o seu processo educativo (FERREIRA, 2017, p. 60).

Dessa forma, para que a criança com autismo seja incluída na Educação Infantil, com uma aprendizagem significativa, as práticas da escola precisam proporcionar à criança, novas formas de se estabelecer, indicando caminhos e

possibilidades diferenciadas de interação com o mundo e com os semelhantes ao redor (CHIOTE, 2013).

Para tanto, se torna primordial a formação continuada do educador para o trato com o aluno cujo diagnóstico seja dado como autista na etapa da Educação Infantil, já que é nela que se descortinam os primeiros atos processuais de motricidade, conectividade, sociabilidade, autonomia e outras capacidades.

É certo que a educação do autista é inibida pela dificuldade de socialização, que faz com que este tenha uma consciência pobre da outra pessoa e é responsável, em muitos casos, pela falta ou diminuição da capacidade de imitar, sendo uns dos pré-requisitos cruciais para o aprendizado, e pela dificuldade de se colocar no lugar do outro, compreendendo os fatos a partir da perspectiva do outro. Dessa forma,

A escola tem um papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais, o que é muito difícil para um autista (SANTOS, 2008, p. 32).

Visto que existem diversos tipos de autismo, suas características podem variar de acordo com essa variedade e conseqüentemente o processo de aprendizagem, então há a necessidade de adequação do trabalho pedagógico para aluno. Como menciona Santos (2008), os autistas do tipo Asperger, por exemplo, falam perfeitamente bem, até sem erros; mas eles têm dificuldade de usar a linguagem como meio de contato social. Os obstáculos para a comunicação são sua indisposição ao contato e o foco de interesse restrito.

Faz necessário que o educador tenha demasiada paciência e compreensão para com o aluno autista para que ele consiga aprender, pois ela pode apresentar um olhar distante, não atender ao chamado e até mesmo demorar muito para aprender determinada lição. Mas nada disso acontece porque a criança é desinteressada e sim porque o autismo compromete e retarda o processo de aprendizagem, precisando esta de muito elogio, motivação e carinho para desenvolver sua inteligência.

É importante a continuidade do ensino para uma criança autista, para que se torne menos dependente, mesmo que isto envolva várias tentativas, e ela não consiga aprender. É preciso atender prontamente toda vez que a criança autista solicitar e tentar o diálogo, a interação, Quando ocorrer de chamar uma criança autista e ela não atender, é necessário ir até ela, pegar

sua mão e levá-la para fazer o que foi solicitado. Toda vez que a criança conseguir realizar uma tarefa, ou falar uma palavra, ou enfim, mostrar progresso, é prudente reforçar com elogios. Quando se deseja que a criança olhe para o professor, segura-se delicadamente o rosto dela, direcionando-o para o rosto do professor. Pode-se falar com a criança, mesmo que seu olhar esteja distante, tendo como meta um desenvolvimento de uma relação baseada em controle, segurança, confiança e amor (SANTOS, 2008, p. 31-32).

Para que seja possível a evolução da pessoa autista, é preciso que sua anormalidade seja especificamente identificada e diagnosticada para que esta seja normalmente acolhida, aceita e compreendida pelos seus grupos sociais. Quando à identificação da anomalia, que muitas vezes não é iniciada pela família, como já descrito, fica a cargo da escola e em especial de seu educador.

Para estimular uma aprendizagem sem erros, é fundamental seguir certas normas como: assegurar a motivação, apresentar as tarefas somente quando a criança atende, e de forma clara; apresentar tarefas cujos requisitos já foram adquiridos antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, empregar procedimentos de ajuda e proporcionar reforçadores contingentes, imediatos e potentes (COLL *et al.*, 2004).

3 METODOLOGIA

Considerando-se os objetivos enunciados para realização do presente estudo, e diante dos desafios enfrentados por educadores na inclusão de criança autista, optou-se por uma abordagem qualitativa, pois procura investigar os aspectos da realidade, compreendida à luz do pensamento de Yin (2005). Nesta concepção, compreende-se que a presente pesquisa condiz com a compreensão de como se processa a inclusão do aluno autista na Educação Infantil.

O desafio de “[...] entender fenômenos sociais complexos” (YIN, 2005, p. 4), opta-se nessa pesquisa por realizar um estudo de caso, método bastante utilizado na atualidade quando se busca tal entendimento.

De acordo com Yin (2005), esta opção é apropriada quando se almeja investigar o como e o porquê do acontecimento de eventos atuais. Portanto, o estudo de caso se caracteriza por um exame empírico que torna viável o estudo de um fenômeno contemporâneo em seu próprio contexto, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos. Será um estudo de caso descritivo, visto que, possibilitará a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real (YIN, 2005).

Entende-se que esta opção metodológica requer atenção e rigor nas opções realizadas, bem como dedicação e cuidado. Foi assim que esse percurso se inicia com uma “[...] revisão minuciosa de literatura e com a proposição cuidadosa e atenta das questões ou objetivos da pesquisa” (YIN, 2005, p. 3).

Ao definir o estudo de caso como metodologia para a pesquisa em questão, optou-se por um estudo de caso único, por entender a representatividade do caso em estudo, bem como as possibilidades de *insights*. Destaca-se ainda que este estudo de caso único seja do tipo explicativo, por buscar explicar os processos inclusivos da criança em estudo e propor estratégias de trabalho com a mesma.

Descrevem-se, a seguir, o local de realização da pesquisa, bem como os participantes, os procedimentos formais e explícitos bem como os materiais e técnicas para a produção de dados.

3.1 O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “MENINO JESUS”

O local de pesquisa foi o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Menino Jesus”, localizada no município de Presidente Kennedy – ES, destacado com ponto vermelho na Figura 1.

Figura 1- Localização do CMEI Menino Jesus



Fonte: <https://www.escol.as/174073-menino-jesus>

Seu corpo técnico-administrativo é composto, por 87 funcionários e a área física está estruturada com: 10 salas de aulas, uma sala da direção, uma brinquedoteca, uma sala para pedagogo, uma secretaria, uma cozinha, dois refeitórios, uma dispensa, um banheiro para uso dos funcionários, banheiro adequado para crianças, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, lavanderia e pátio descoberto.

O CMEI tem 215 alunos matriculados e 87 funcionários nesse ano de 2021. Do total de alunos matriculados, 05 tem TEA. A infraestrutura é considerada boa, contando com 10 salas de aula além de cozinha, refeitório, parque infantil, biblioteca,

banheiros com chuveiro, entre outros ambientes (Figura 2).

3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a realização do estudo de caso, foram entrevistados 3 docentes da turma Maternal II, sendo o professor regente (licenciada em pedagogia, Pós graduada em Educação Infantil e séries iniciais, Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, trabalha atua na Educação Infantil a 20 anos) um professor de Educação Física (Formada em Educação Física, Pós graduada em Educação Física Escolar, atua na Educação Infantil a 2 anos) e um de Inglês (licenciada em Letras Português/Inglês e especialização em Arte, trabalha na Educação Infantil a 3 anos e 6 meses e na educação a 35 anos), utilizando-se de um roteiro que foi disponibilizado antecipadamente aos entrevistados (Apêndice B). Estes professores têm nomes fictícios sendo Maria, Ana e Joana.

Também foi sujeito da pesquisa a criança autista da turma do Maternal II, a qual é agitada, muito inteligente, mais perde o foco rápido, quase não fala, tem muitas mensagens gravadas na mente e quase não forma frase, somente as que ficam prontas na cabeça. A aluna tem 3 anos e 8 meses de idade, em seu laudo médico é relatado atraso de linguagem funcional, tendências a comportamentos atípicos como: movimentos estereotipados, manias, repetições e inflexibilidades a mudança de rotina. Para tanto foi realizada uma conversa informal com a mãe, buscando maiores informações a respeito da criança.

A mãe trabalha como auxiliar de professora no CMEI Menino Jesus. Ela é formada em pedagogia, tem especialização em Educação Especial e Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação. É casada e tem duas filhas. Uma pessoa disposta, bem instruída e com vasto conhecimento sobre o autismo da filha.

Foram adotados na investigação, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, visando alcançar respostas ao objeto estudado, bem como trazer contribuição sobre as concepções presentes na proposta de inclusão da criança autista em instituição de Educação Infantil.

3.2 INSTRUMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS

A pesquisa utilizou um roteiro de entrevista como instrumento de produção de dados, realizando a transcrição e posterior análise de seus conteúdos, em seus pontos de maior relevância para aquisição dos resultados do estudo (Apêndice B). A opção pela entrevista deu-se pelo fato de ser uma possibilidade para obter informações detalhadas e ricas.

Também foi utilizada como instrumento a observação. A observação participativa embora possa ser caracterizada como natural, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples verificação dos fatos. Yin (2005) indica que visitar o local em estudo já é uma oportunidade para a observação. Para tanto, a observação foi realizada na turma do CMEI que a criança autista estuda, em meados de setembro. Os registros das observações foram realizados em um diário de campo durante os processos de observação, para não perder nenhum detalhe dos acontecimentos.

Paralelamente, foi realizada uma conversa com a mãe da aluna autista da educação Infantil de um CMEI “Menino Jesus” de Presidente Kennedy - ES, buscando informações sobre seu comportamento, seus hábitos, suas preferências.

De acordo com Yin (2005) em um estudo de caso, o pesquisador necessita aprender a unificar episódios do mundo real às necessidades do plano desenhado para a coleta de dados; deste modo, o pesquisador não controla o espaço da coleta de dados como se poderia controlar ao empregar outras estratégias de pesquisa.

Todos os dados produzidos, em cada etapa da pesquisa de campo, foram devidamente analisados e discutidos, à luz do levantamento teórico-literário, entrelaçado com as constatações práticas que envolvem a investigação.

E como ação conclusiva foi elaborado o produto educacional desta pesquisa, destacada como um guia didático contendo propostas de atividades que promovem a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

3.3 DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando que a pesquisa apresentada se caracteriza por um estudo de caso explicativo, para a análise dos dados produzidos, optou-se pela técnica da

construção da explicação, visto que esta busca “[...] analisar os dados do estudo de caso construindo uma explicação sobre o caso” (YIN, 2005, p. 151).

A explicação construída levou em consideração que para “explicar” um fenômeno deve-se considerar que um conjunto de situações estão entrecruzadas, havendo necessidade de cruzamento de tais informações/situações, deixando claro o “como”, ou “porque” algo ou algum fenômeno aconteceu.

Para que as explicações fossem bem executadas, necessitou-se da documentação relacionadas aos diversos processos, a relação com as discussões teóricos, a comparação com outras situações semelhantes conhecidas e a revisão dos processos. Somente assim uma explicação é bem organizada e aceita pela comunidade acadêmica.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando os objetivos propostos para a pesquisa, no processo de produção de dados foi utilizado como instrumento da pesquisa a entrevista seguindo um roteiro de perguntas, o qual foi aplicado com três professores da escola pesquisada, bem como, com a mãe da criança com TEA.

Também foi identificado nos planejamentos e práticas dos professores, elementos que promovem a inclusão de alunos autistas na educação infantil. Assim, foi verificado que os professores planejam suas aulas buscando atividades que promovam o ensino aprendizagem do aluno autista, respeitando suas especificidades.

4.1 ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES

As entrevistas foram realizadas com 3 docentes da turma Maternal II, escolhidas pelo fato de ter uma aluna autista na turma, as quais tiveram nomes fictícios para elucidar suas falas. Maria (professora regente), Ana (professora de Educação Física) e Joana (professora de Inglês). Assim, a pesquisadora buscou verificar junto aos professores como ocorreu a inclusão dessa criança na escola e na sala de aula.

Deste modo, ao analisar juntamente com os professores como ocorreu à inserção da criança com o Transtorno do Espectro Autista na sala de aula, as professoras relataram da seguinte forma:

Ocorreu de forma tranquila, deixando-a bem à vontade e inserindo sempre a realidade da sala de aula.
Maria, professora regente¹

Procurei adaptar as atividades às necessidades da criança, visto que a mesma não consegue participar 100% da aula.
Ana, professora de educação física

No início foi um pouco agitado as aulas, mais depois eu consegui ir me adaptando com a aluna, buscando adaptar as atividades a realidade dela, conseguindo avanços significativos.
Joana, professora de inglês

¹ Sempre que a citação aparecer com recuo 4cm, fonte 10, itálico, justificado à direita com espaçamento 1,5 trata-se da fala de um entrevistado ou de observações da pesquisadora.

De acordo com Coll et. al. (2004) para estimular uma aprendizagem sem erros, é fundamental seguir certas normas como: assegurar a motivação, apresentar as tarefas somente quando a criança atende, e de forma clara; apresentar tarefas cujos requisitos já foram adquiridos antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, empregar procedimentos de ajuda e proporcionar reforçadores contingentes, imediatos e potentes.

Na segunda questão foi perguntado se elas receberam alguma orientação sobre as necessidades desta criança. Todas responderam que sim, que a mãe deixou claro no momento da matrícula as especificidades da criança. Dessa forma, fica evidente a importância da família junto a escola para que aconteça a inclusão da mesma de forma responsável e segura. Chiote (2013) assegura que para que a criança com autismo seja incluída na Educação Infantil, com uma aprendizagem significativa, as práticas da escola precisam proporcionar à criança, novas formas de se estabelecer, indicando caminhos e possibilidades diferenciadas de interação com o mundo e com os semelhantes ao redor.

Na terceira questão foi perguntada qual a maior dificuldade que elas encontraram, no momento inicial de inclusão da criança em sua aula.

Uma das preocupações foi qual seria a reação da aluna quando entrasse em contato com a turma e vice-versa. No entanto, a aceitação de ambas as partes foi tranquila.

Maria, professora regente

A minha maior dificuldade foi no momento de planejar e executar as atividades, atendendo as limitações da criança.

Ana, professora de educação física

Foi à adaptação, pois esse período de pandemia ela ficou afastada da escola, dificultando a socialização em sala de aula.

Joana, professora de inglês

Como diz Glat e Pletsch (2010), a escola deve abarcar em seu projeto político-pedagógico e currículo, que subentendesse planejamento, metodologias, estratégias de ensino e avaliação, ações que sustentem uma aprendizagem significativa para todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais.

Na próxima questão, foi perguntado se houve alguma modificação no planejamento pedagógico em função da aluna com TEA.

De certa forma sim, pois a adequação do planejamento se faz necessário quando se trata de receber um aluno algum tipo de transtorno.

Maria, professora regente

Sim, tivemos que adequar o planejamento para que atendesse as especificidades da aluna.

Ana, professora de educação física

Sim, foi preciso conhecer as necessidades da aluna, modificando as atividades desenvolvidas.

Joana, professora de inglês

Assim, fica evidente que o professor necessita adotar metodologias que atendam a uma sala de aula heterogênea, sem que haja algum tipo de desrespeito à individualidade de cada aluno. É necessária a utilização de intervenções pedagógicas para o desenvolvimento do processo educacional da criança autista.

Buscando compreender os anseios dos professores em diálogo com as necessidades das crianças na faixa etária estudada, foi perguntado se na concepção das professoras, elas achavam que suas aulas incluem a criança com TEA e quais seus anseios em relação a inclusão da criança autista.

Sim, a parte didática em si já é um grande desafio, no entanto tudo deve ser voltado à realidade atual da turma.

Maria, professora regente

Em partes, pois não é fácil fazê-la participar. Ela faz uma vez um movimento, por exemplo, e depois não quer mais fazer. Também não temos estrutura e material.

Ana, professora de educação física

Sim, acredito que necessitamos de material de apoio didático para facilitar o desenvolvimento pedagógico da aluna e da turma.

Joana, professora de inglês

A inclusão se caracteriza pela necessária implantação de um suporte que auxilie a escola e, principalmente, o professor na sua ação pedagógica. “A vivência de um cotidiano escolar inclusivo, as trocas com os colegas, às informações e sugestões advindas da busca de soluções [...] enfim, vários são os caminhos que deverão ser trilhados” (CARNEIRO, 2006, p. 2).

A última questão perguntou às professoras como avaliavam a inclusão escolar de crianças com deficiências na escola regular.

Hoje o olhar é voltado para o que o aluno aprendeu e seu desenvolvimento durante o processo de ensino aprendizagem.

Maria, professora regente

Penso que nem todas as crianças estão preparadas para estar em sala de aula regular ainda, pois nem todas as deficiências se adaptam no ensino regular.

Ana, professora de educação física

Acho importantíssima a inclusão da criança autista no ensino regular, como

o de qualquer necessidade. É um aprendizado prazeroso tanto para a criança quanto para os professores.
Joana, professora de inglês

Bueno (1998) afirma que a escola que é aberta às diferenças não é feita para um sujeito universal, idealizado e previsível por uma verdade essencial “o aluno normal”. Trata-se de uma escola para um aluno-sujeito constituído em uma trama histórica, de diversos elementos e condições que se articulam e se modificam conforme as possibilidades.

Diante dos resultados obtidos nas entrevistas, percebe-se que a inclusão de alunos TEA abrangem várias ações que necessitam ser utilizadas não apenas no ambiente escolar, mas demandam políticas públicas desenvolvidas que envolvam a formação continuada dos docentes, recursos para adaptação desses ambientes e obtenção materiais didáticos pedagógicos que cooperem para um desempenho docente mais dinâmico e atrativo que alcancem um desenvolvimento desses educandos.

4.2 ENTREVISTA COM A MÃE DA CRIANÇA AUTISTA

Também foi sujeito da pesquisa a criança autista da turma do Maternal II, a qual é agitada, muito inteligente, mais perde o foco rápido, quase não fala, tem muitas mensagens gravadas na mente e quase não forma frase, somente as que ficam prontas na cabeça. A aluna tem 3 anos e 8 meses de idade, em seu laudo médico é relatado atraso de linguagem funcional, tendências a comportamentos atípicos como: movimentos estereotipados, manias, repetições e inflexibilidades a mudança de rotina. Para tanto foi realizada uma conversa informal com a mãe, buscando maiores informações a respeito da criança.

Dessa forma, a entrevista com a mãe foi realizada na escola de pesquisa, ocorrendo de forma tranquila. A pesquisadora começou perguntando como a mãe percebeu que a filha poderia ter autismo. A mãe relatou:

Ela apresentava algumas ações incomuns. Exemplo: movimentos repetitivos girava no próprio eixo, batia palminha forte e girava a cabecinha de lado quando via algo que chamasse sua atenção. Além dessas ações, observamos atraso na fala, dificuldade em concentração, dificuldade em socializar com outras crianças e até mesmo adultos.
Joannette, mãe – relato em agosto de 2021

De acordo com Klin (2006) o transtorno do espectro autista está agrupado em comportamento comum entre os autistas, dentre esses comportamentos podemos ressaltar, comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas e repetitivas.

Algumas particularidades podem ser diferentes de um autista para outro, é uma síndrome que admite diversos diagnósticos médicos distintos, pois modificam de acordo com o seu grau diagnóstico.

Em seguida perguntou como que a mãe recebeu o diagnóstico de que sua filha era autista. Ela relatou que:

Foi difícil. A ficha caiu sobre o fato que já imaginávamos ser real. Após o diagnóstico e com todos os laudos em mãos, aos poucos fomos entendendo a grandeza de serem pais de autista.

Joannette, mãe – relato em agosto de 2021

Vale ressaltar que esse diagnóstico deve ser realizado por diversos profissionais, deve ser multiprofissional ou, como dizem **multidisciplinares**. A criança necessita ser avaliada por três ou quatro profissionais de diferentes áreas e seus pareceres, suas observações, encaminhadas a um médico (neuropediatra, psiquiatra infantil, pediatra do desenvolvimento) que determine o diagnóstico.

Ao perguntar para mãe quais os desafios e cuidados especiais ela precisou ter com a filha, ela disse que:

Inseri-la na sociedade, na turma de convívio na escola e até mesmo nas confraternizações de família. Os cuidados são constantes. Não há tempo de sobra pra descanso. Sempre temos que estar em alerta e monitorando em todas as tarefas que ela venha realizar sozinha, até mesmo as mais simples.

Joannette, mãe – relato em agosto de 2021

Para Sprovieri e Assunção Junior (2001) a mãe é geralmente a principal responsável em cuidar dos filhos. No caso de uma criança com TEA, as mães tem maior predisposição a ficar estressada, podendo ter depressão, devido estarem envolvidas diretamente nas tarefas diárias e cuidados com a criança autista.

A pesquisadora perguntou como é a rotina da filha em casa. Ela falou que:

Durante a semana, acorda cedo pra ir pra creche, quando chega, ela almoça, toma banho e dorme à tarde antes do horário das terapias. Quando chega das terapias, adora jogar um pouco no celular e assistir Netflix e YouTube. Ama pegar as coisas sozinha na geladeira ou armário pra comer ou beber. Brinca pelo quintal, brinca com seus brinquedos e quando quer

atenção, pede colinho. Já prestes à dormir, ama cantar, se ver no espelho e depois dança e articula mãozinhas em frente ao espelho.
Joannette, mãe – relato em agosto de 2021

De acordo com Gauderer (1985):

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos (GAUDERER, 1985, p. 119).

Outra questão perguntada foi em relação à convivência da filha com as outras pessoas. Ela respondeu que a filha é uma criança calma, porém se restringe quando está com pessoas que não sejam de seu convívio.

É fundamental que a criança com TEA interaja com outras crianças, já que, segundo Camargo e Bosa (2009, p. 67), “[...] para ultrapassar os déficits sociais dessas crianças, é preciso possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos”.

Por fim, perguntou-se como é a participação da família nesse processo de inclusão da filha. Ela falou que a família sabe, entende, ajuda e respeita.

É fundamental que a família tenha consciência de que ela faz parte do ambiente da criança e tem um impacto significativo em todos os aspectos da vida pessoal.
Joannette, mãe – relato em agosto de 2021

Segundo Lopes e Marquezan (2000):

A conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada. (LOPES; MARQUEZAN, 2000, p. 01)

Portanto, a participação da família de uma criança com TEA desempenha papel decisivo no processo de integração na sociedade, para que este se sinta integrante social na comunidade.

Diante do exposto, percebe-se que a mãe da criança pesquisada, tem total domínio de como trabalhar com a criança, contribuindo de forma significativa na inclusão de sua filha na comunidade escolar.

Evidencia-se na fala dos professores que os professores buscam planejar suas aulas promovendo a inclusão da aluna autista em suas aulas, bem como, observou-se que a inclusão da criança foi de forma tranquila apesar de todos os desafios relatados. Mesmo assim, os professores sentem a necessidade de material de apoio, bem como, estrutura para melhor atender os alunos.

Dessa forma conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atendidos após a realização da pesquisa de campo.

4.3 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A CRIANÇA AUTISTA

Após a realização da conversa informal com a mãe, buscando maiores informações a respeito da criança, a pesquisadora elaborou uma atividade para aplicar na criança autista, observando como o a criança reagia naquele momento.

A pesquisadora apresentou a história de “Seu Lobato”. Ela iniciou perguntando se ela gostava de história. Em seguida, buscando chamar a atenção da aluna, pediu que olhasse o porquinho no livro.

A criança (figura 3) observou por um tempo a capa do livro. Posteriormente, começou a bater palmas e mexer com as mãos olhando o livro e ao mesmo tempo cantarolando baixinho.

Figura 2- Criança TEA participante da pesquisa



Fonte – Autora

A professora pediu que ela abrisse o livro e olhasse as páginas. Assim, foi fazendo perguntas sobre o que ela estava vendo. Pediu que ela mostrasse os bichinhos que lá se encontravam.

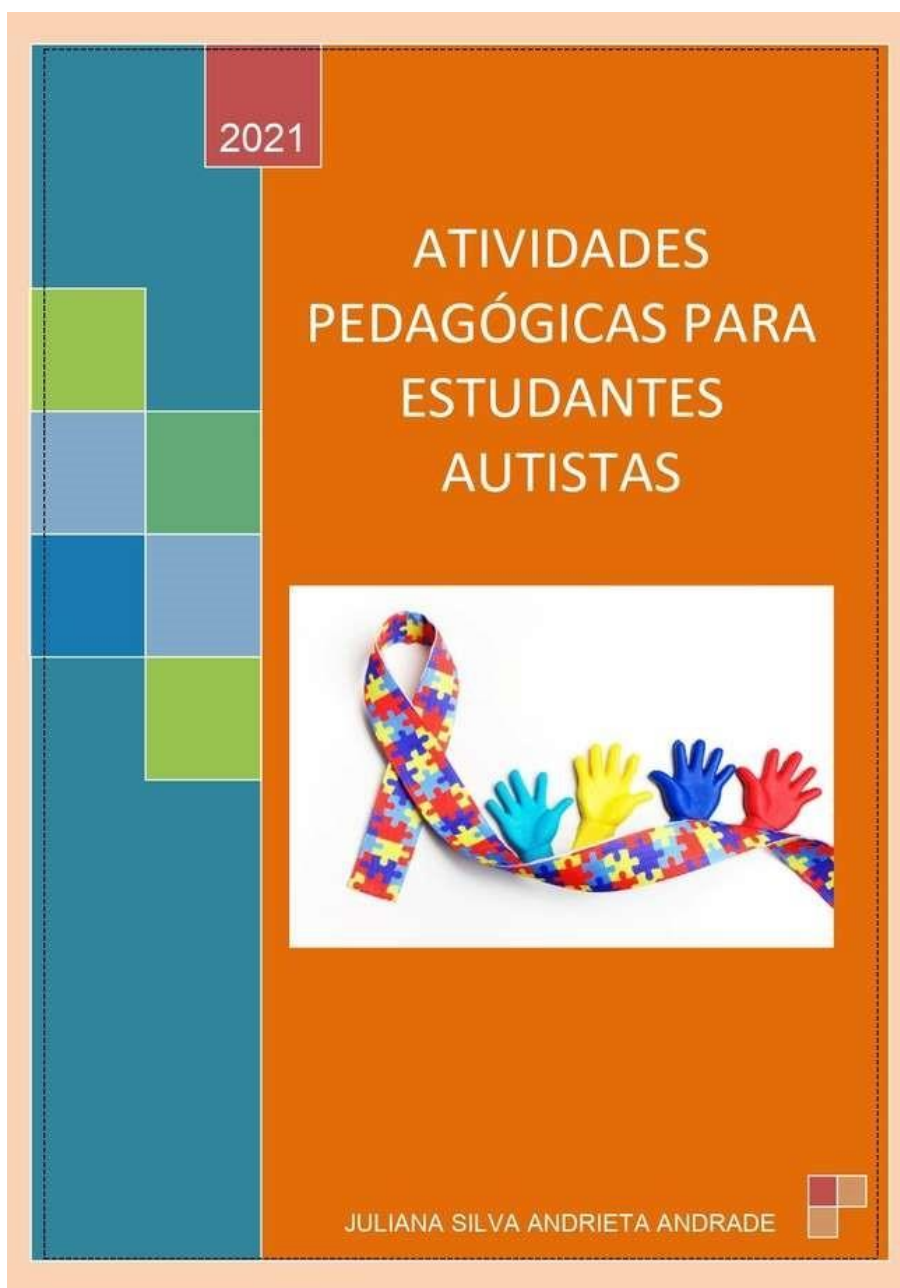
A criança apesar de quase não interagir, sinalizava tudo o que a professora perguntava, demonstrando estar gostando do que estava vendo.

Diante do que a pesquisadora observar, é fundamental destacar a importância que se deve atribuir à linguagem para que a aprendizagem ocorra de fato. Mesmo não tendo a presença de comunicação através da fala, se faz necessário estabelecer um meio de comunicação alternativo com a criança.

Para Orrú (2012) por meio da linguagem, os alunos com autismo irão mudar suas áreas de atenção durante o processo de aprendizagem, aprendendo a distinguir um objeto de outros existentes, construindo ferramentas internas para integrar essas informações.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Partindo das constatações percebidas no desenrolar da pesquisa, será confeccionada um Guia Didático (APÊNDICE A), contendo atividades de interação social, psicomotricidade, lateralidade, coordenação motora, percepção visual, buscando promover a inclusão de crianças autistas na educação infantil.



Assim, o objetivo primordial é a orientar os professores da Educação Infantil, servindo de apoio a estes, para que possam contar com instrumento de trabalho

dentro da realidade da educação especial.

Para tanto, este guia didático apoia-se nos resultados da pesquisa realizada junto aos professores do Maternal II, Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Menino Jesus”, localizada no município de Presidente Kennedy – ES.

É certo que um guia didático, não será uma espécie de receituário a ser seguido pelos docentes, mas certamente será uma tentativa de compreensão mais clara do autismo, com práticas pedagógicas que podem ser utilizadas junto a estas crianças, sempre tendo em mente que cada criança é um ser singular e que assim, pode responder de forma diversa às intervenções realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou realizar um estudo sobre os desafios enfrentados pelos professores para o envolvimento social de crianças autistas na educação infantil, visto que, atualmente, muito se tem discutido sobre inclusão educacional, sobre a importância de uma escola democrática, a qual assegure a todos as mesmas oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades.

Por meio das entrevistas realizadas com professores da escola de pesquisa, evidenciou-se que a inclusão de alunos TEA abrangem várias ações que necessitam ser utilizadas não apenas no ambiente escolar, mas demandam políticas públicas desenvolvidas que envolvam a formação continuada dos docentes, recursos para adaptação desses ambientes e obtenção materiais didáticos pedagógicos que cooperem para um desempenho docente mais dinâmico e atrativo que alcancem um desenvolvimento desses educandos.

Evidenciou-se também na fala dos professores que os professores buscam planejar suas aulas promovendo a inclusão da aluna autista em suas aulas, bem como, observou-se que a inclusão da criança foi de forma tranquila apesar de todos os desafios relatados. Mesmo assim, os professores sentem a necessidade de material de apoio, bem como, estrutura para melhor atender os alunos.

É importante destacar que se faz necessário não somente a oferta de uma formação continuada em Educação Inclusiva para os professores da Educação Infantil, mas também o exercício de uma formação docente no próprio espaço escolar, adequando esta à vivência dos professores que estão envolvidos com crianças com autismo, tomando o dia a dia como objeto de reflexão.

Em conversa realizada com a mãe da criança autista, observou-se que a mesma, tem total domínio de como trabalhar com a criança, contribuindo de forma significativa na inclusão de sua filha na comunidade escolar.

E neste sentido, a formação pedagógica docente para o trabalho com esta realidade se torna uma estratégia primordial para a superação dos mitos que cercam o autismo e as percepções que veem este transtorno como uma patologia. Portanto, os docentes têm um papel essencial na assertiva da inclusão das crianças e, para que isto ocorra se faz necessário que os profissionais conheçam as metodologias de ensino que estejam diretamente voltadas para a escolarização do aluno com

autismo e possam contribuir efetivamente para a sua inclusão e desenvolvimento.

Durante a pesquisa foi identificado no planejamento e práticas das professoras que os mesmos utilizam elementos que promovem a inclusão de estudantes autistas, pois trabalham com a aluna respeitando suas particularidades.

Outro ponto importante verificado na pesquisa foi observado como ocorreu à inclusão da aluna autista na escola. As professoras relataram que foi tranquilo, pois foram orientados como receber a criança em sua turma.

As professoras compreendem a inclusão como um grande desafio, sendo necessária formação continuada e material de apoio para que trabalhem com alunos TEA de forma correta.

Assim, como produto educacional da pesquisa foi elaborado um material de apoio buscando auxiliar as professoras em suas aulas, para que possam contar com instrumento de trabalho dentro da realidade da educação especial.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, percebe-se que a inclusão de alunos TEA abrangem várias ações que necessitam ser utilizadas não apenas no ambiente escolar, mas demandam políticas públicas desenvolvidas que envolvam a formação continuada dos docentes, recursos para adaptação desses ambientes e obtenção materiais didáticos pedagógicos que cooperem para um desempenho docente mais dinâmico e atrativo que alcancem um desenvolvimento desses educandos.

REFERENCIAS

ALVES, M. A. G. **Educação inclusiva e formação de professores: o brincar como intervenção nos transtornos do espectro do autismo**. Volta Redonda: UniFOA, 2016. Disponível em: https://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/arquivos/2016/maria-alina.pdf. Acesso em 08 ago. 2021.

ARIMA, E. S. **Avaliação psicológica e intervenção farmacológica de crianças autistas em dois serviços públicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

BAPTISTA, C. R; BOSA, C. **Autismo e Educação**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2002.

BARBERINI, K. Y. **A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000100006. Acesso em 08 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELISÁRIO FILHO, J. F; CUNHA, P. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994**. Brasília: Ministério da Educação 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 08 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998; Volume 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998; Volume 2.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**/Ministério da Educação — Brasília: MEC, 2000, 22p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**\Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2007, 135p.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1998.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, 2004. São Carlos: UFSCAR, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2921/TeseVLMFC.pdf?sequence=1> Acesso em: 08 maio 2021.

CARNEIRO R. U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. 2006. 174 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2006.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, R. E. Políticas em educação especial. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: Abpee, 2006.

CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. Adaptação Ambiental e Doméstica, In: **Terapia Ocupacional Fundamentos & Práticas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

CERISARA, A. B.. A Educação Infantil e as Implicações Pedagógicas do Modelo Histórico-Cultural. **Cadernos Cedes**, Campinas, 2ª Ed. n. 35, pp. 78- 95, 2000.

CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: Trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. São Paulo: Artmed, 2004.

CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

FERRAIOLI, S. L; HARRIS, S. L. Effective Educational Inclusion of Students on the Autism Spectrum. **Journal of Contemporary Psychotherapy**. 2011; 41: 19-28.

FARIA, K. To. TEIXEIRA, Maria Cristina Trigueiro Veloz. CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues. AMOROSO, Victor. PAULA, Cristiane Silvestre de. **Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo**. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28701/pdf>. Acesso em 08 ago. 2021.

FERREIRA, R. F. A. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil**: o desafio da formação de professoras. Dissertação (Mestrado). 160 f. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

GAGLIANO, Pa. S. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o sistema jurídico brasileiro de incapacidade civil**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/41381/o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridico-brasileiro-de-incapacidade-civil>. Acesso em 03 set. 2021.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Diferentes dimensões do processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais na rede pública do Município do Rio de Janeiro**. Publicado em: ANACHE, A. A. & OSÓRIO, A. C. N. (Org.). Da Educação Especial à Educação na Diversidade: escolarização, práticas e processos., p. 89-106. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2010.

GONÇALVES, M. A. C. L. **Autismo, linguagem e inclusão: as práticas pedagógicas sob a abordagem epilinguística e sociológica**. 2018. Disponível em <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000017/00001754.pdf>. Acesso em 08 ago. 2021.

KASSAR, M. C. M.; ARRUDA, E. E.; BENATTI, M. M. S. Políticas de inclusão: o verso e o averso de discursos e práticas. In: JESUS, Denise Meyrelles de et al. **Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KELMAM, C. A. et al. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. V.28 p. 3-11, 2006.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/ fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, pp.797-818, out. 2006.

KRAMER, S. Infância e Educação: O necessário Caminho de Trabalhar Contra a Barbárie. In: KRAMER, Sonia et al. (orgs.) **Infância e Educação Infantil**. 8ª Ed, Campinas, SP: Papirus, pp. 269-280, 2009.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Carlos, v. 11, n. 33, p. 387- 559, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. **Educação Infantil: Muitos Olhares**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ORGANI, B.; MOLINA, P. **A Educadora de Creche: Construindo suas identidades**. São Paulo: Cortez, 2003.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios Dessa Modalidade Educacional. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, pp.78-95, mar.2009.

PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Neuton/Downloads/AUTISMO%20REGULAR.pdf. Acesso em 23 mar. 2021.

RAMALHO, M. N. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial**. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RHODEN, K. P.; GOUVEA, S. F. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. In: RIBEIRO, M. L; BAUMEL, R. C. **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003. p. 133-178.

RODRIGUES, J. M. C; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.

SANTOS, A. M. E; COELHO, M. M. **Necessidades educativas especiais de caráter permanente/prolongado: no contexto da escola inclusiva**. Castro Verde: Cenfocal, 2006.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, A. de A. **Inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e práticas**. Salvador, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20228/4/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alinne%20de%20Almeida%20Santos.pdf>. Acesso em 07 ago. 2021.

SANTOS, M. P. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, I. de O. e. **Educação Infantil no Coração da Cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

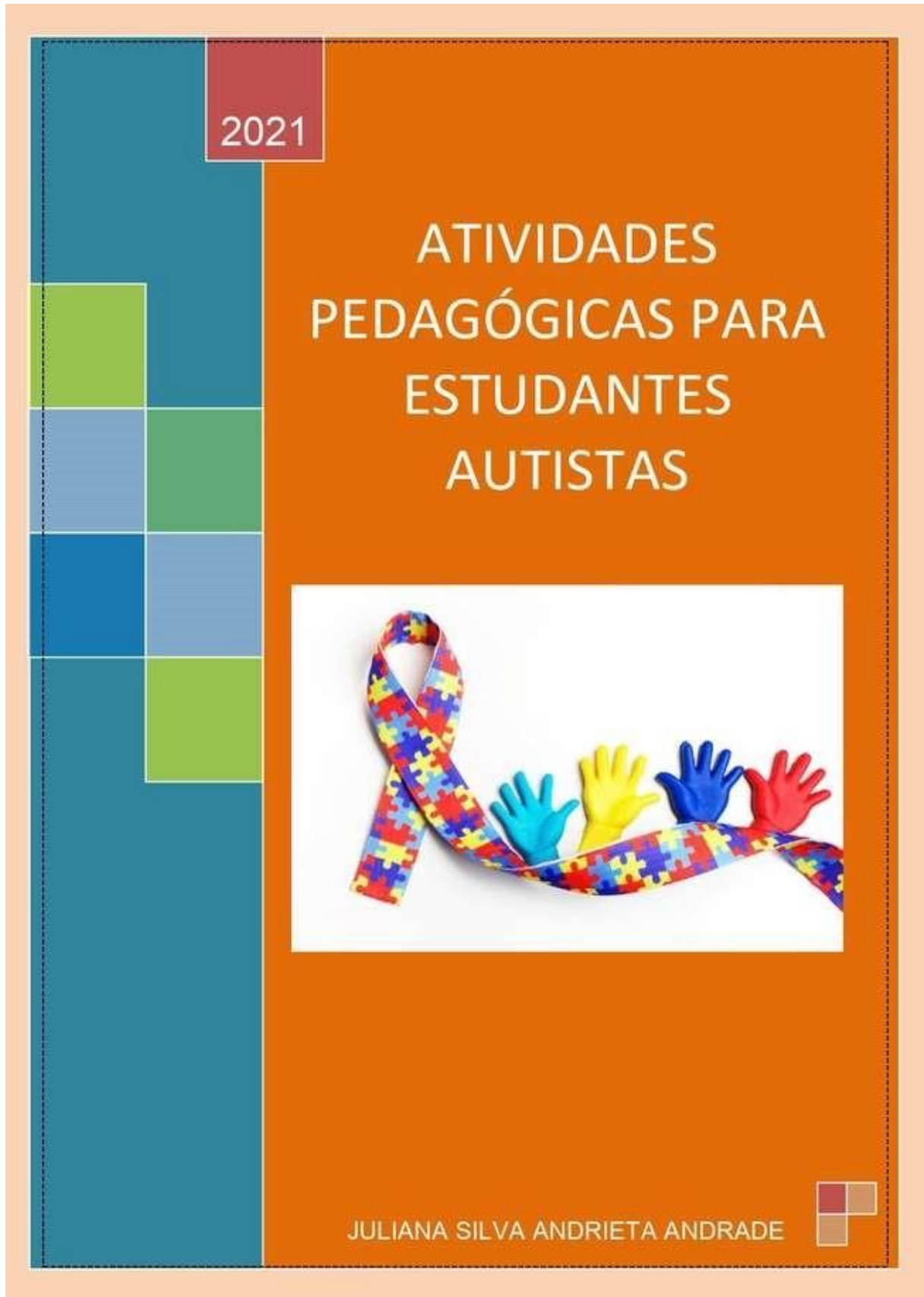
SILVA, C. A. da; SILVA, R. A.; ASFORA, R. **Práticas pedagógicas inclusivas com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil**. Disponível em <https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/SILVA%3B+SILVA%3B+ASFORA+-+2015.2.pdf/491d6719-5141-442b-8856-59aaabdae37c>. Acesso em 08 ago. 2021.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. **Dinâmica familiar de crianças autistas**. Arquivo de Neuropsiquiatria, v. 59, n. 2-A, p. 230-237, 2001.

VEROTTI, D. T; CALLEGARI, J. A inclusão que ensina. **Revista Escola**. 2012. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/inclusao-ensina-511186.shtml>. Acesso em 23 mar. 2021.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11ª Ed. São Paulo: Global, 2003.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL





Autora: Juliana Silva Andrieta Andrade

Formada em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Especialista em neuroeducação pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos pela faculdade UNIVES. Mestranda e mestranda em ciência, tecnologia e educação pela Faculdade Vale do Cricaré.



Orientador: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, atuando no curso de Licenciatura em Matemática e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática Educimat/ifes. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, mesma instituição onde tornou-se Mestre em Educação, desenvolvendo pesquisas na área de História da Matemática; Licenciado em Ciências e Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola ? MG.

Curso: Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Instituição: Faculdade Vale do Cricaré

Programação Visual: Lucia Grande Conrado

APRESENTAÇÃO

Partindo das constatações percebidas no desenrolar da pesquisa de mestrado: **"Práticas pedagógicas inclusivas junto a crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil"**, este Guia Didático, traz atividades de interação social, psicomotricidade, lateralidade, coordenação motora, percepção visual, buscando promover a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

Assim, o objetivo primordial é a orientar os professores da Educação Infantil, servindo de apoio a estes, para que possam contar com instrumento de trabalho dentro da realidade da educação especial.

É certo que um Guia Didático não será uma espécie de receituário a ser seguido pelos docentes, mas certamente será uma tentativa de compreensão mais clara do autismo, com práticas pedagógicas que podem ser utilizadas junto a estas crianças, sempre tendo em mente que cada criança é um ser singular e que assim, pode responder de forma diversa às intervenções realizadas.

Vale ressaltar que a inclusão só pode ser constatada na instituição escolar, mediante práticas pedagógicas advindas do docente, que demonstrem diferenciação para o trato assertivo do discente autista no ambiente escolar, através da criação de ferramentas metodológicas que promovam efetivamente o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa a esse alunado.

É cabível, portanto, à escola o desenvolvimento de um trabalho que proporcione às crianças o seu desenvolvimento integral, com a quebra de padrões classificatórios e taxativos, os quais prescrevem possibilidades de desenvolvimento dos alunos autistas partindo das suas limitações.

Deste modo, crê-se que a inclusão educacional deve dar oportunidade à criança com autismo, momentos de encontro e reencontro com outras crianças, cada uma delas com suas singularidades. Então é possível dizer que a escola é o ambiente que cria possibilidades de vivência e de troca de experiências infantis a partir da interação que ocorre no seu chão.

O trabalho pedagógico com crianças com autismo deve acontecer de maneira individualizada, pois o processo de ensino e aprendizagem desse aluno deve contemplar, necessariamente, uma criteriosa relação entre mediação pedagógica e formação de conceitos, possibilitando o encontro/confronto das experiências cotidianas, proporcionando um ensino de qualidade.

Dessa forma, para que a criança com autismo seja incluída na Educação Infantil, com uma aprendizagem significativa, as práticas da escola precisam proporcionar à criança, novas formas de se estabelecer, indicando caminhos e possibilidades diferenciadas de interação com o mundo e com os semelhantes ao redor.

Considerações Iniciais



Professor é importante você conhecer algumas características do aluno com Transtorno do Espectro Autista!

- A maioria evita contato visual;
- Tendência de isolamento
- Dificuldade para compreender regras sociais, metáfora, e piadas;
- As informações são compreendidas em sentido literal;
- Fazem imitação involuntária de outra pessoa;
- Dão risadas sem motivos aparentes;
- Interação de forma inadequada;
- Fazem repetição de palavras ou frases fora do contexto;
- Giram objetos ou balaçam o corpo, ou partes do corpo quando estão desorganizados/incomodados com algum estímulo externo;
- Alguns fazem uma fala pedante;
- Em algumas situações giram na ponta dos pés para se organizar;
- Excessiva aderência à rotinas;
- Padrões de comportamento ritualizados;
- Atração por objetos que giram.

Fonte: [s3est.ufpa/documentos/Vol.4.CATILHA.TEA.pdf](https://s3.amazonaws.com/documentos/Vol.4.CATILHA.TEA.pdf)

A criança TEA tem algumas habilidades



Aprendem com facilidade usando a memória visual;
Possuem capacidade de memória acima da média;
Concentram-se numa área de interesse específico durante muito tempo;
Tem paixão por rotinas e pode ser uma forma de fazê-las desenvolverem suas tarefas diárias, acadêmicas e profissionais;
São atentas a detalhes e a exatidão; em alguns casos gostam de abraçar e beijar.

Fonte: [s3est.ufpa/documentos/Vol.4.CATILHA.TEA.pdf](https://s3.amazonaws.com/documentos/Vol.4.CATILHA.TEA.pdf)

Atividade para imprimir



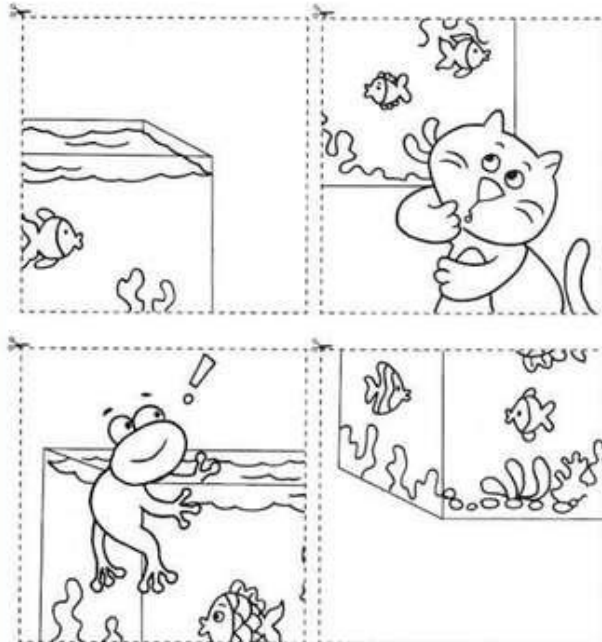
Professor, essas ideias de atividades para crianças com autismo podem não funcionar com todos. Pois, alguns têm mais dificuldade em sentar, prestar atenção na proposta e então iniciar a atividade.

Em todas as situações, traga tarefas que não tenham longos textos, que podem ser aplicadas de maneira rápida e que exercite a imaginação e sentidos da criança.

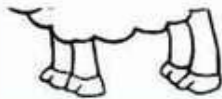


QUEBRANDO A CABEÇA

1) RECORTE, MONTE E COLE A CENA NO CADERNO. DEPOIS, CONTE AOS COLEGAS O QUE VOCÊ ENTENDEU.



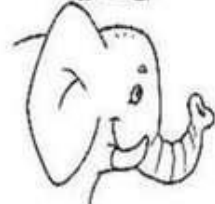
LIGUE O CORPO AOS PÉS



ESCOLA _____
TURMA _____ DATA ____/____
NOME _____

ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO VISUAL

LIGUE OS CASAIS



Atividades com jogos

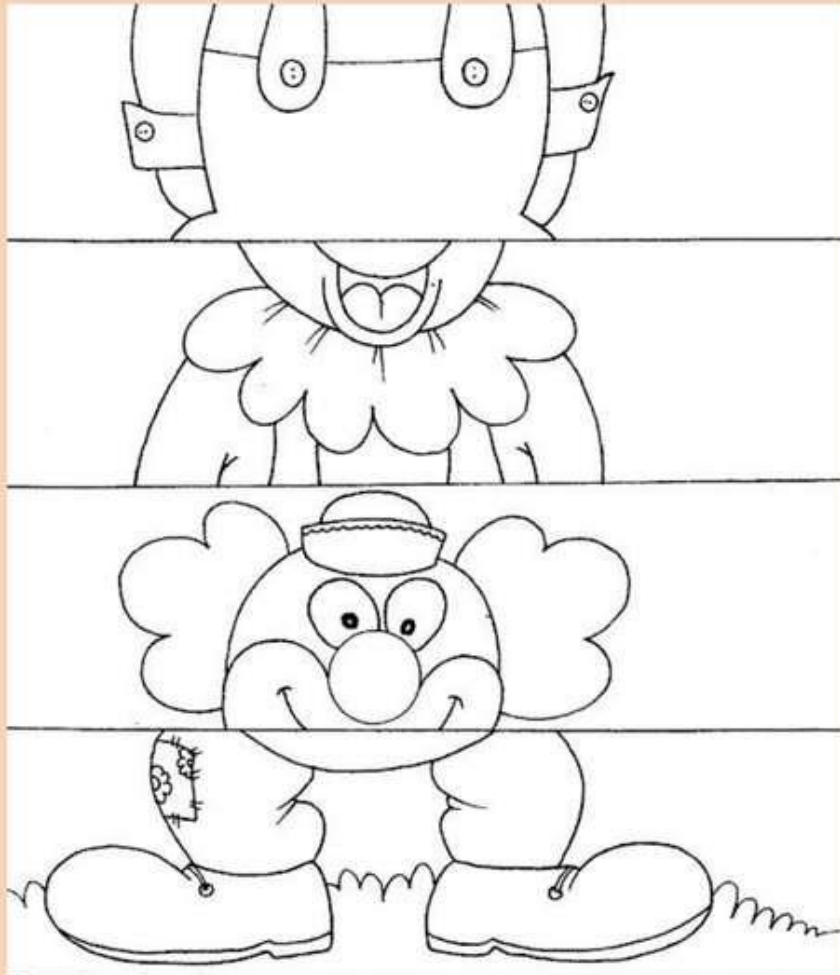
Professor, a folha de papel pode não ser um exercício tão eficiente no processo de aprendizagem do seu aluno. Então, vamos tentar outro método? As atividades com jogos para crianças com autismo são uma solução. Traga cores, formas e objetos grandes que possam chamar a atenção do pequeno. Veja algumas ideias:



Jogo da memória



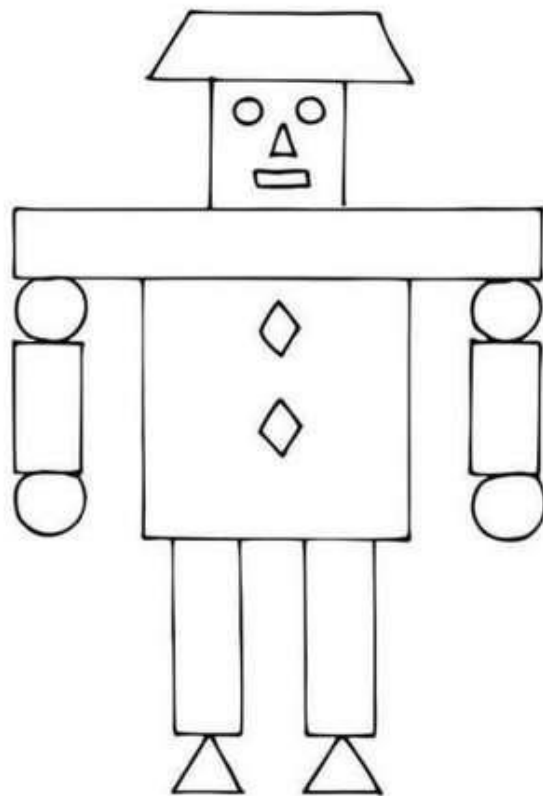
Quebra-cabeça



Nessa atividade o professor pode pedir que a criança pinte o desenho, depois recorte e em seguida monte de forma correta.

Montagem com figuras geométricas

Boneco














Nessa atividade o professor pode disponibilizar as figuras geométricas e sugerir que os alunos montem o desenho conforme a figura acima.

Jogo dos sentidos: Audição, olfato, tato, paladar e visão

Escola: _____
Nome: _____

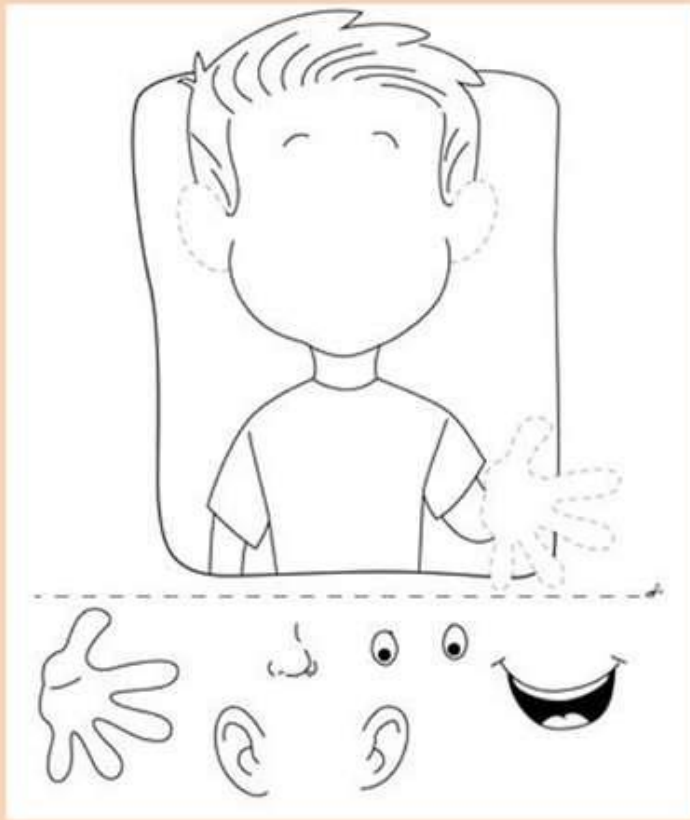


MARCAR COM UM X OS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS
QUE USAMOS DE ACORDO COM O DESENHO.

Escola: _____
Nome: _____

MEUS 5 SENTIDOS



Atividade com brincadeiras



Professor, vamos criar atividades com brincadeiras para crianças com autismo. Inclua seu aluno na aula com recursos que são confortáveis para ele.

Bolinha de sabão

OBJETIVOS: brincar de fazer bolhas de sabão estimula a coordenação motora e visual. Trabalha os movimentos corporais, ajuda na percepção e atenção, nos movimentos dos músculos faciais e labiais, além de proporcionar sensação de bem-estar e prazer.



Dançando e cantando



Professor, a brincadeira **Escravos de Jó** é para crianças acima dos três anos e visa estimular a concentração, a atenção, a coordenação motora, o ritmo, a linguagem e a memória. Podem participar quatro ou mais pessoas e esta atividade pode ser realizada em qualquer local.



Escravos de Jó
Jogavam caxangá
Tira, põe
Deixa ficar
Guerreiros com guerreiros
Fazem zigue-zigue-zá
Guerreiros com guerreiros
Fazem zigue-zigue-zá

Massinha de modelar



Professor, nessa atividade as crianças podem explorar a massinha de forma livre, podendo também enriquecer esta atividade com palitos de picolé, fominhas, tesouras (sem ponta) e até mesmo, potinhos, panelinhas, fominhas de brigadeiro, entre outras peças e brinquedos.



Vamos a Receita!

Ingredientes:

2 copos de farinha de trigo
 1/2 Copo de água
 2 dedos de óleo de cozinha
 2 dedos de vinagre
 Corante alimentício

Modo de Preparo

Em um recipiente misture todos os ingredientes e amasse bem até ficar boa para modelar.

Observação: caso ocorra da massa ficar grudenta, acrescente aos poucos mais farinha de trigo para que possa dar o ponto da massinha.

Fonte: <https://www.maiorben.com.br/importancia-de-massinha-de-modelar-na-educacao-infantil/>

Atividades em grupos



Professor, em algum momento será preciso que o aluno acompanhe toda a turma nas atividades para crianças com autismo em grupos. Caso ele tenha um amigo mais próximo, permite que a tarefa seja realizada com esta outra criança. Em apresentações musicais deixe que o autista se expresse como preferir.



Estátua

Professor, primeiro apresente o vídeo da música "estátua" da Xuxa, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=b1dYkXjj-1o>. Depois peça que os alunos dançam e brinquem. **Objetivo:** A brincadeira estimula a integração entre as crianças.



Lenço atrás



Essa brincadeira também é conhecida como lenço atrás. Depois de selecionar a criança que vai correr com o lenço na mão, todas as demais devem se sentar em roda com os olhos fechados. O participante que está em pé deve correr em volta do círculo com o lenço na mão e cantar: "Corre, cotia, na casa da tia, Corre, cipó, na casa da vó. Lencinho na mão, caiu no chão."

Objetivo: socialização, condicionamento físico, agilidade e atenção.



REFERÊNCIAS

_____. **Atividades para Crianças com Autismo: 30 Ideias!** Disponível em <https://atividadesprofessores.com.br/atividades-para-criancas-com-autismo/>. Acesso em nov. 2021.

_____. **Portal de atividades interativas.** Secretaria Municipal de Educação. Disponível em https://www.smelimeira.com.br/pai_atividades.php#BLOQUEIO. Acesso em nov. 2021.

_____. **Atividades para crianças autistas: dicas para melhorar o desenvolvimento.** Disponível em <https://superafarma.com.br/atividades-para-criancas-autistas-dicas-para-melhorar-o-desenvolvimento/>. Acesso em nov. 2021.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES

1. Como ocorreu a inserção da criança com o Transtorno do Espectro Autista em sua aula?
2. Você recebeu alguma orientação sobre as necessidades desta criança?
3. Qual a maior dificuldade que você encontrou, no momento inicial de inclusão da criança em sua aula?
4. Houve alguma modificação no planejamento pedagógico em função do aluno com TEA ? Qual?
5. Na sua concepção suas aulas incluem a criança com TEA? O que precisa ser melhorado?
6. Qual a sua avaliação a respeito da inclusão escolar de crianças deficiência na escola regular?

ANEXO A – PARECER CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pesquisador: JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52803821.3.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.072.295

Apresentação do Projeto:

De acordo com a pesquisadora: A pesquisa busca realizar uma pesquisa sobre os desafios enfrentados pelos professores para o envolvimento social de crianças autistas na educação infantil. Para melhor compreensão de todo o escopo da pesquisa, passa-se a apresentar os capítulos que compõem o mesmo. Desta forma, no primeiro está a introdução, seguida da justificativa do tema, a problemática levantada, o objetivo geral, objetivos específicos e uma afirmativa hipotética sobre a pesquisa. E, finalmente, a breve exposição das partes que compõem a dissertação. O segundo capítulo, busca apresentar todo o referencial teórico, discutindo os posicionamentos compartilhados por especialistas e pesquisadores da área, com apontamentos para a realidade conceitual das diversas nuances que caracterizam o espaço da Educação Especial e tudo mais que a envolve, inclusive, o autismo e sua presença dentro da educação escolar. O terceiro capítulo traça as ações da metodologia, apontando o caminho trilhado para situar o modo como acontecerá à pesquisa, com determinação do espaço pesquisado, no caso do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) "Menino Jesus" e, mais precisamente, a realidade vivida por uma criança autista e sua inclusão na Educação Infantil. O quarto capítulo pretende expor os resultados obtidos no decorrer das investigações de campo, com a discussão sobre os mesmos, a fim de corroborar os pressupostos teóricos apresentados pela pesquisadora, sempre relacionando teoria e prática. O quinto capítulo tratará do Produto Educacional, que se constará de instrumento elaborado pela autora, com a estruturação de uma Guia Didático com Orientações Metodológicas para

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: csp@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.072.295

aperfeiçoamento das ações de trabalho com crianças autistas na Educação Infantil da escola universo da pesquisa. Trata-se aqui da confecção de um guia oriundo dos estudos e aprofundamentos da mestranda acerca do assunto e sua contribuição para melhorais na abordagem e no trabalho com a Educação Especial no cotidiano escolar. O capítulo seis preocupar-se-á com as considerações finais, onde a pesquisadora pretende expor alguns pontos pertinentes, que vão desde o seu apreço pelo processo que resultou a pesquisa, passando pela constatação dos percalços enfrentados, suas confirmações positivas, ou não, seu posicionamento conceitual e, por fim, suas sugestões para futuras pesquisas envolvendo o tema em apreço e de que forma são cometidas nas práticas pedagógicas dos professores/sujeitos da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário da Pesquisa segundo a autora:

Discutir os processos inclusivos de educandos autistas na educação infantil a partir das práticas pedagógicas dos professores.

Objetivo Secundário Segundo a autora:

Identificar nos planejamentos e práticas dos professores, elementos que promovam a inclusão/exclusão de estudantes autistas na educação infantil. Verificar como tais práticas atendem às crianças em suas especificidades educacionais; Compreender os anseios dos professores em diálogo com as necessidades das crianças na faixa etária estudada; Propor um guia didático contendo propostas de atividades que promovam a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos segundo a autora:

Segundo a Resolução nº 466/2012, toda pesquisa que utiliza seres humanos em sua realização envolve risco em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa, como desconforto e riscos em potenciais este estudo prevê que você possa sentir um constrangimento ao realizar a entrevista. Para minimizar este constrangimento, será realizada uma conversa prévia com os docentes e responsável da aluna direcionado através do e-mail pessoal e via Whatzapp de cada sujeito que irá participar desta pesquisa, onde possa se sentir mais confortável e a vontade para realizar a entrevista. Sendo assim, em caso de algum desconforto, ou mal estar, a pesquisadora do presente estudo irá encaminhar o participante para o serviço de atendimento médico mais próximo do local da residência.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415

UF: ES **Município:** SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.072.295

Benefícios segundo a autora:

Espera-se, com esta pesquisa, demonstrar a importância das práticas que atendem às crianças em suas especificidades educacionais e Compreender os anseios dos professores em diálogo com as necessidades das crianças na faixa etária estudada e, a partir dos resultados obtidos, propor um guia didático contendo propostas de atividades que promovam a inclusão de crianças autistas na educação infantil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa ocorrerá na a Creche CMEI "Menino Jesus", localizada no município de Presidente Kennedy – ES. Atualmente a Creche atende 165 alunos. Serão entrevistados 3 docentes da turma Maternal II, sendo o professor regente, um professor de Educação Física e um de Inglês. Também será sujeito da pesquisa a criança autista da turma do Maternal II. Esta pesquisa será bibliográfica e de estudo de caso, visando alcançar respostas ao objeto estudado, bem como trazer contribuição sobre as concepções presentes na proposta de inclusão da criança autista em instituição de Educação Infantil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos necessários de acordo com o que se pede a pesquisa, estando presente o Projeto Detalhado, Cronograma, Questionário, Folha de rosto, Declaração da Instituição coparticipante e TCLE.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões e Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem recomendações que interfiram no processo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@vc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.072.295

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1822392.pdf	08/10/2021 17:00:22		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_teste_menor_.doc	08/10/2021 16:59:55	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_teste_livre_.docx	08/10/2021 16:53:17	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_TESTE_TESTE_.docx	08/10/2021 16:38:20	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_TERMO_teste_teste_.pdf	08/10/2021 15:58:09	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	termo_teste_termo_termo_.docx	08/10/2021 15:56:40	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	Termo_termo_termo_.pdf	08/10/2021 15:53:22	JULIANA SILVA ANDRIETA ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 29 de Outubro de 2021

Assinado por:

José Roberto Gonçalves de Abreu
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** csep@fvc.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PROFESSORES

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, conduzida por **Juliana Silva Andrieta Andrade**. Este estudo tem por **objetivo** discutir os processos inclusivos de estudantes autistas na educação infantil a partir das práticas pedagógicas dos professores. E os objetivos específicos são: Identificar elementos da formação dos professores que atuam na educação infantil no que tange a educação de crianças autistas; Discutir as atividades desenvolvidas por estes professores junto às crianças autistas; Verificar as principais demandas dos professores no que se refere a formação para atuarem junto a essas crianças; Propor uma formação continuada para professores da educação infantil, visando a inclusão de crianças autistas. Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista semiestruturada constituídas de perguntas abertas e fechadas, com base em roteiros pré-elaborado. Essas entrevistas serão realizadas de forma presencial, tomando todas as medidas de proteção recomendadas, como o uso de máscara, luvas e distanciamento necessário.

Você foi selecionado(a) para participar dessa pesquisa, por professor(a) da escola de pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação

direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador.

Nome completo: _____
RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/___ Telefone: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Assinatura: _____ Data: ___/___/___

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: _____ Data: ___/___/___

(ou seu representante)

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com _____, via e-mail: _____ ou telefone: _____.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – RESPONSÁVEIS ALUNO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS JUNTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL”**, conduzida por **Juliana Silva Andrieta Andrade**. Este estudo tem por **objetivo** discutir os processos inclusivos de estudantes autistas na educação infantil a partir das práticas pedagógicas dos professores. E os objetivos específicos são: Identificar elementos da formação dos professores que atuam na educação infantil no que tange a educação de crianças autistas; Discutir as atividades desenvolvidas por estes professores junto às crianças autistas; Verificar as principais demandas dos professores no que se refere a formação para atuarem junto a essas crianças; Propor uma formação continuada para professores da educação infantil, visando a inclusão de crianças autistas. Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevista semiestruturada constituídas de perguntas abertas e fechadas, com base em roteiros pré-elaborado. Essas entrevistas serão realizadas de forma presencial, tomando todas as medidas de proteção recomendadas, como o uso de máscara, luvas e distanciamento necessário.

Você foi selecionado(a) para participar dessa pesquisa, por serem os pais ou responsáveis pela aluna pesquisada. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação

direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador.

Nome completo: _____
RG: _____ Data de Nascimento: __/__/____ Telefone: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Assinatura: _____ Data: __/__/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: _____ Data: __/__/____

(ou seu representante)

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com _____, via e-mail: _____ ou telefone: _____.